

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE –
CONSEMA.**

1 Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e quinze realizou-se a Centésima Septuagésima Sexta Reunião
2 Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, no Auditório do SEMA, situada à Avenida Borges de
3 Medeiros, 261, 15º andar, com o início às quatorze horas, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Maria**
4 **Patrícia Mollmann**, Presidente do CONSEMA e representante da SEMA; **Sr. Walter Fichtner**, representante da
5 FIERGS; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante do Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas
6 (FGCBH); **Sra. Nicole Escouto Fantinel**, representante da ONG Os Amigos da Floresta; **Sra. Andrea Pinto**
7 **Loguercio**, representante da Instituição Universitária Pública; **Sra. Lisiane Becker**, representante da ONG Mira-Serra;
8 **Sra. Maria do Socorro Ramos Barbosa**, representante da SEPLAG; **Sra. Marion Luiza Heinrich**, representante da
9 FAMURS; **Sra. Rosane Prato**, representante da Secretária da Saúde; **Sr. Rafael Volquind**, representante da FEPAM;
10 **Sr. José Homero Finamor Pinto**, representante do CREA/RS; **Sr. Manuel Strauch**, representante da UPAN; **Sr.**
11 **Altemir S. De Lima**, representante da Secretaria de Segurança Pública (SSP); **Sr. Pedro Antônio Dall Acqua**,
12 representante da Secretaria de Obras Públicas (SOP); **Sr. Guilherme Velten Junior**, representante da FETAG; **Sra.**
13 **Ana Lucia Flôres Cruz**, representante do SINDIÁGUA; **Sr. Jonatan Bronstrup**, representante da Secretaria de Minas
14 e Energia (SME); **Sra. Ilsi Boldrini**, representante da ONG Igré; **Sr. Mauricio Vieira de Souza**, representante do
15 IBAMA; **Sra. Marta Elisa Eberle**, representante da Secretaria da Cultura; **Sr. Antônio Rivaldo**, representante da
16 Secretaria de Agricultura e Pecuária. Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Adriane Moraes e Katiane
17 Roxo, da FECOMÉRCIO, Eduardo Alexis Lobo Alcayaga e Elisabete Zanin, da Instituição Universitária Privada, Eloi
18 Flores, da Secretaria da Educação. Encontravam-se presentes: Ana Cristina Miola, da ONG Raiz Urbana; Julio
19 Salecker, do Fórum Gaúcho dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FGCBH); Katia Vasconcelos, do Instituto Augusto
20 Carneiro; Ernani Rossi, do Comitê Ibicuí; Alexandre Burmann, da OAB/RS. Iniciando a sessão a **Sra. Maria Patrícia** faz
21 o uso da palavra: "Boa tarde, já temos o quórum, vamos dar início então. Boa tarde a todos, obrigada pela presença,
22 antes de começar a reunião formalmente, temos integrantes novos, talvez eu ia sugerir quem sabe a gente faz bem
23 rapidinho, uma apresentação dos conselheiros, de quem esta presente pelo livro, eu vou chamar a entidade se o
24 conselheiro puder se identificar para os demais conhecerem, pois temos conselheiros e convidados e temos pessoas
25 novas aqui. Então: pela Secretaria do Meio Ambiente, Maria Patrícia, secretaria adjunta, represento a secretaria neste
26 conselho, pela Secretaria da saúde, a Rosane." **Sra. Rosane Prato**: "Sou Rosane Prato, chefe da vigilância ambiental,
27 represento a secretaria." **Sra. Maria Patrícia**: "Pela secretaria da saúde então Rosane Pereira Prato, pela Secretaria da
28 Agricultura, quem se encontra?" **Sr. Antônio Rivaldo**: "Antônio Rivaldo, estou substituindo o conselheiro Rodrigo
29 Rizzo." **Sra. Maria Patrícia**: "O Antônio Rivaldo esta substituindo o conselheiro Rodrigo Rizzo, pela secretaria da
30 Cultura, a colega?" **Sra. Marta Elisa Eberle**: "Marta Eberle." **Sra. Maria Patrícia**: "Marta Eberle, bem vinda Marta, é a
31 primeira reunião né?" **Sra. Marta Elisa Eberle**: "é." **Sra. Maria Patrícia**: "secretaria de Minas e Energia, quem está
32 presente?" **Sr. Jonatan Bronstrup**: "Jonatan." **Sra. Maria Patrícia**: "Jonatan Bronstrup. A Segurança Pública?" **Sr.**
33 **Altemir S. De Lima**: "Tenente Coronel Lima, primeira reunião." **Sra. Maria Patrícia**: "Bem Vindo Tenente Coronel Lima,
34 pela Secretaria de Segurança Pública. Do IBAMA?" **Sr. Mauricio Vieira de Souza**: "Mauricio, conselheiro substituto."
35 **Sra. Maria Patrícia**: "Mauricio Vieira de Souza, pelo Igré quem está presente?" **Sra. Ilsi Boldrini**: "Ilsi." **Sra. Maria**
36 **Patrícia**: "Ilsi lob Boldrini, bem vinda. FEPAM, Rafael Volquind. Pela UPAM, Manuel Strauch. Mira-Serra a Lisiane
37 Becker, aqui na frente, os colegas possam ver. Amigos da Floresta quem esta presente?" **Sra. Nicole Escouto**
38 **Fantinel**: "Nicole." **Sra. Maria Patrícia**: "Nicole. Pela Comitê de Bacias Hidrográficas o Eduardo Osório Stumpf. A
39 FIERGS? **Sr. Walter Fichtner**: "Walter Fichtner, sou diretor da casa e suplente do Dr. Torvaldo." **Sra. Maria Patrícia**:
40 "Walter Fichtner, seja bem vindo. Pelo CREA José Homero Finamor Pinto. FETAG?" **Sr. Guilherme Velten Junior**:
41 "Guilherme." **Sra. Maria Patrícia**: "Guilherme Velten Junior. Sindiágua?" **Sra. Ana Lucia Flôres Cruz**: "Ana Lucia." **Sra.**
42 **Maria Patrícia**: "Ana Lucia Cruz. E pela Instituição Universitária Pública?" **Sra. Andrea Pinto Loguercio**: "Andrea
43 Loguercio, UFRGS." **Sra. Maria Patrícia**: "Andreia Pinto Loguercio, UFRGS. Então bem vindos aos novos. A FARSUL
44 não chegou ainda?. Bom então bem vindos aos novos que se somam aqui ao CONSEMA, vamos pegar a pauta aqui.
45 Inicialmente eu pergunto se fica dispensada a leitura da Ata da reunião anterior." **Sra. Marion Luiza Heinrich**: "Marion,
46 FAMURS" **Sra. Maria Patrícia**: a FAMURS, como que eu passei a FAMURS? Mil perdões, como é que eu pulei na lista?
47 que vergonha. Desculpe Marion. Todos dispensam a leitura da ata anterior que foi encaminhada por e-mail, a de

48 fevereiro esta sendo degravada ainda, nos finalmentes,então traremos na próxima. Então dispensada a leitura da ata
49 da reunião anterior. Comunicações não temos nenhuma né? O quórum, dai eu peço que ergam seus crachás, contem
50 ai gurias. Dezenove, bom. A Ata da reunião então, que foi encaminhada por e-mail, a de março, se podemos aprovar?,
51 é a ata da reunião 175, foi a de março. Nada a opor? Então **aprovada a ata da reunião anterior**. Com relação a ordem
52 do dia alguma? Podemos segui-la? Podemos aprova-la né, tá. O primeiro assunto da pauta é com relação, como nós
53 estamos fazendo esta revisão de toda a situação do CONSEMA, o que havia de assuntos pendentes e como é que se
54 vai tratar enfim dos processos dentro da secretaria executiva, estamos em momento bem oportuno, pois a gente tem
55 um grupo de trabalho que esta tratando do regimento interno onde acho que pode se estabelecer procedimentos de
56 controle e de acompanhamento de assuntos dentro das câmaras técnicas, e ai por oportuno a gente trouxe também a
57 discussão das câmaras técnicas e sua composição, que é o que se pretende discutir agora, da extinção de algumas ou
58 da criação de novas, eu sei que o Eduardo tinha a proposta da criação de uma que até não está, mas fica oportuno
59 fazer aqui e também com relação a composição. O que a gente verificou também, nos levantamentos da secretaria
60 executiva, e ai pode ter alguma falha nossa e se vocês puderem corrigir, corrijam. É que haviam alguns membros que
61 estavam participando das reuniões das câmaras como convidados, estavam na lista de e-mails, mas não estavam
62 formalmente incluídos por resolução. Então a ideia é agora é realmente fazer esta reavaliação e se fazer uma
63 resolução, uma consolidação daquela resolução das câmaras, e depois no regimento interno, no grupo do regimento
64 interno, se trabalhar a forma de como se da o andamento desses processos de quórum, enfim, dentro das câmaras
65 técnicas. O que veio de proposta, uma das propostas, além da que o Eduardo já havia referido na outra reunião, que eu
66 me recordo, a FEPAM nos encaminhou uma proposta de redução, um pouco, de números de câmaras técnicas, e ai
67 quem sabe o Rafael poderia fazer a defesa? Pediria a gentileza, Rafael Volquind.” **Sr. Rafael Volquind:** “Boa tarde,
68 Rafael da FEPAM, só fazendo uma retificação, ainda, secretaria, que quando foi encaminhado o ofício oito para nós,
69 estava faltando uma câmara técnica de mineração, então já vou fazer a leitura agora com a mineração incluída. Então,
70 a FEPAM propõe a unificação de câmaras técnicas, visando otimizar o trabalho das câmaras, tendo menos quantidade
71 e menos demandas de reuniões oportunizando que mais entidades possam participar de mais assuntos, a gente sabe
72 que nos dias de hoje o quanto é difícil ter disponibilidade de tempo para poder participar do que são hoje treze câmaras
73 Técnicas, se pegar uma reunião por mês de cada uma, quanto tempo cada instituição tem que dispender para poder
74 participar de todas aqui. Então nossa proposta é reduzir isso há sete câmaras, que seria: CTP de Agropecuária e
75 Agroindústria abrangendo as discussões da CTP de Agrotóxicos e da CTP de Políticas Florestal. CTP de Controle e
76 Qualidade Ambiental incorporando a Recursos Atmosféricos, Resíduos Sólidos e Gestão das Águas, a Gestão
77 Compartilhada Estado/Município permanece sozinha e a de Mineração também permanece sozinha, a CTP de
78 Assuntos Jurídicos realiza também avaliação das competências dos Recursos Administrativos, e o FEMA e Educação
79 Ambiental permanecem também cada uma com suas atribuições em separado. Com isso a gente entende que vai ter
80 mais oportunidade de discussão, mais oportunidade de participação e talvez, secretaria, menos reuniões sem quórum,
81 sem a presença de quórum também.” **Sra. Maria Patricia:** “Eu vou abrir para inscrições, manifestações e sugestões.
82 Lisiane Mira-Serra.” **Sra. Lisiane Becker:** “Com relação a proposta da FEPAM eu teria algumas considerações há
83 fazer, por exemplo, Biodiversidade ser transversal a todas as câmaras técnicas nem no CONAMA isso acontece, lá tem
84 uma só pra isso, então eu não concordo que seja simplesmente excluída, ao mesmo tempo a Educação Ambiental, que
85 a gente sabe que esta parada a muito tempo, essa sim, é transversal a todas. Então a sugestão, a priori, seria: a
86 Educação Ambiental ser transversal, já que ela não está se reunindo, não tem tido pauta para isso e a Biodiversidade
87 ser mantida, por que a Biodiversidade não dá para deixar ser transversal ou incluída na agropecuária, na agroindústria,
88 faz parte, mas ela não pode ser tratada de uma maneira tão difusa.” **Sr. Altemir S. De Lima:** “Mais uma vez boa tarde,
89 minha preocupação é a composição de câmaras e a outra situação é, eu comando o comando ambiental e em cada
90 câmara são pessoas diferentes, então se se atingiu esse número de câmaras é que algum estudo foi feito, então eu
91 penso que pra nós reduzirmos a gente tem que ter muito cuidado nessas reduções, nós teríamos que fazer um estudo
92 mais aprofundado e ver se essa dificuldade que foi apontada é geral, porque pra mim não é, por que em cada câmara
93 eu tenho um representante, então não há dificuldade alguma. E a outra é a situação da câmara de mineração,
94 justamente, que a gente não recebeu se poderia ser projetado ai, quais as entidades que compõem a câmara de
95 mineração. É isso. Obrigado.” **Sra. Maria Patricia:** “A ideia é depois de se passar este ponto, é justamente ver a
96 composição, na verdade as entidades em várias se repetem, algumas são diversas. A gente vai lhe alcançar a
97 composição. Próximo, Eduardo. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Boa tarde, na última reunião eu tinha feito a proposta de
98 criação da Câmara de Política Ambiental, onde se iniciou essa discussão que redundou na proposta, provavelmente, da
99 FEPAM, eu concordo com a proposta da FEPAM e até eu acabei mandando e-mail para algumas pessoas sugerindo
100 que a de Controle e Qualidade fosse dividida, uma para Controle e outra para Qualidade e a de Qualidade veria essas
101 questões dos sistemas, da integração com o sistema de recursos hídricos, unidade de conservação, mas fiquei em
102 dúvida, falando com o Rafael, ele não concorda muito que se tenha a de qualidade, que seria de Controle e Qualidade
103 seria melhor ficar uma, então eu mantenho a proposta de além dessas que já estão firmadas na proposta do Rafael que
104 se crie uma de Política Ambiental que essa política ela vai discutir os sistemas em geral, como que nós vamos nos
105 relacionar com os comitês de bacias, com o sistema de recursos hídricos, como que nós vamos nos relacionar em

106 relação aos resíduos sólidos, uma coisa é fazer o parâmetro resíduos sólidos que vai lá na Controle e Qualidade, mas
107 como esta o plano estadual ou como esta o a Mata atlântica, os planos municipais de mata atlântica, tudo bem, nós
108 vamos discutir alguns critérios, algumas coisas na Gestão Compartilhada, mas como que é esta política em geral e na
109 última reunião eu fiz esta proposta em cima de uma fala do pessoal da secretaria da educação que questionou isso,
110 que tinha visto que a participação deles aqui no CONSEMA seria muito mais meritória no momento que eles
111 conseguissem levar um resultado daqui, no caso da educação e isso seria nós discutirmos os grandes temas, por que
112 no CONSEMA estamos a anos discutindo os critérios, pequenos critérios e a gente não consegue discutir a política num
113 geral, como nós vamos nos relacionar com o zoneamento ecológico econômico que tem uma câmara técnica que não é
114 chamada, que a SEMA esta fazendo a contratação, que a SEMA diz que vai nos apresentar não o diagnostico, mas
115 segunda parte e na última reunião eu exigi que não, que o CONSEMA tem que acompanhar desde a primeira parte,
116 porque a SEMA vai fazer um diagnostico do zoneamento ecológico econômico do estado, mas ao mesmo tempo nós
117 temos vinte e cinco comitês e desses nove a dez estão fazendo plano de bacias e estão fazendo diagnostico e estão
118 gastando entre um milhão e dois milhões cada um, então esse diagnostico já esta pronto no comitê, que o DRH dentro
119 da SEMA tem um certo acompanhamento e ai SEMA ou FEPAM não tem este acompanhamento, ou me parece que
120 não tem este acompanhamento, e vão fazer outro diagnostico ambiental referente ao zoneamento ecológico econômico
121 por bacia ou por unidade de paisagem, então eu mantenho também essa exigência que seja ativada a CTP de
122 acompanhamento do ZEE e no momento que ele esteja em contratação, acho que é agora mesmo né, porque como já
123 esta sendo contratada as empresas para fazer este diagnostico tem que se trazer este termo de referencia para nós
124 discutirmos aqui, e a gente darmos as diretrizes, porque que zoneamento ecológico nós queremos, nós queremos um,
125 que nem, desculpe a referência, lá do Mato Grosso que tem lá o zoneamento, grandes zonas mas que aparentemente
126 não serve pra nada, ou nós vamos tentar fazer um zoneamento que case com os parâmetros de qualidade da água
127 para, por exemplo, lançamento de efluente de abastecimento domésticos no baixo Jacuí na Foz, onde o comitê de
128 bacia acabou de decidir por maioria que a Foz do Baixo Jacuí, que tem a maior vazão do estado, ele foi enquadrado
129 com uso futuro de classe um, hoje ele é classe dois, mas nós elegemos classe um, mas como é que este
130 enquadramento que os comitês de bacias fizeram com os critérios e com o licenciamento que a FEPAM vai dar para a
131 CORSAN e eu tenho presidio, como é que nós vamos resolver isso tudo? Então, são essas inter-relações do meio
132 ambiente que são bem genéricas que eu entendo que a gente tenha que ter uma câmara técnica para discutir, essas
133 inter-relações. É isso. Obrigado.” **Sra. Maria Patrícia:** com relação ao zoneamento ecológico econômico, Eduardo, o
134 que talvez eu pudesse depois propor encaminhamento, é a gente apresentar o TR aqui na plenária.” **Sra. Lisiane
135 Becker:** “mas tem um grupo formado para isso, se não me engano tem uma resolução criando um grupo.” **Sra. Maria
136 Patrícia:** “uma câmara técnica, vocês acham que a gente chamaria esta câmara técnica para apresentar o TR para esta
137 câmara técnica, o que eu acredito e ai teria que, talvez, conversar bem com quem acompanha esta contratação, é até
138 que ponto agora no termo de referencia, e é a isso que sempre me refiro, como é com recurso banco mundial o TR
139 fechado, talvez ali a gente não consiga mexer muita coisa agora, mas então, enfim, depois vamos votar se a gente
140 chama e apresenta dentro. Peço a secretaria executiva, se vocês identificaram esta CTP? Ela é provisória?” **Secretaria
141 Executiva:** “Sim, Zoneamento Ecológico Econômico.” **Sra. Lisiane Becker:** “então não tem um GT?” **Secretaria
142 Executiva:** “não, tem uma câmara técnica provisória. **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “que nunca foi chamada.” **Sra.
143 Maria Patrícia:** “A secretaria executiva vai buscar a resolução e a gente decide em cima, a secretaria esta relatando
144 que não achou nenhuma reunião desta câmara ainda, nenhuma reunião registrada formal. Eduardo, de novo e depois o
145 Rafael.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Como não se deve ir a nenhuma reunião sem saber o resultado que tu espera
146 dela. Trata-se da Resolução CONSEMA 280/2013, proposição dos comitês de bacias acompanhada por várias outras
147 entidades, que não foi instalada ainda.” **Sr. Rafael Volquind:** “Só para esclarecer para a Lisiane, por que foi feito esse
148 posicionamento em relação a CTP de Biodiversidade por que ela esta hoje junto com a CTP de Política Florestal, ela
149 esta acoplada na política florestal, nós concordamos que a Biodiversidade tenha que ter uma CTP a parte, não
150 relacionada a política florestal, por isso a política florestal entra na agropecuária e a Biodiversidade fica a parte.” **Sra.
151 Maria Patrícia:** “Manteve a Biodiversidade?” **Sr. Rafael Volquind:** “Isso, e pela FEPAM acato também a ideia da
152 Educação Ambiental deixar de existir e ser transversalizada com todas as demais. Com isto a gente ficaria com oito
153 CTP na proposta, Mineração, Agropecuária e Agroindústria abrangendo a Agrotóxicos e Política Florestal, Controle e
154 Qualidade Ambiental incorporando Recursos Atmosféricos, Resíduos Sólidos e Gestão das Águas, Gestão
155 Compartilhada Estado/Município, Assuntos Jurídicos englobando Recursos Administrativos, FEMA, Biodiversidade e a
156 proposta dos comitês de bacias da Política Ambiental. **Sra. Maria Patrícia:** “Bem, acho que fechamos um consenso?”
157 **Sr. Manuel Strauch:** “Eu não entendi bem a proposta da política, por que na verdade todos os exemplos que tu citou
158 são setoriais, se eu tenho uma questão de política de florestas tem uma CTP florestal, se é de política em relação a
159 mineração tem a CTP de Mineração, eu não entendi o que ela exatamente pegaria de diferente. E se ela é política ela
160 também não vai ser técnica, na legislação esta colocado já que qualquer ZEE tem que levar em conta o plano de bacia,
161 isto é obrigação, faz parte do processo, exatamente não precisa uma CTP Política para fazer esta parte técnica que é
162 considerar as classificações dos cursos d’água dentro do ZEE, isso é uma atividade técnica e faz parte do processo no
163 termo de referência deve ter isso, certamente tem, é um passo que é obrigatório por lei, senão não vai ser um

164 zoneamento, então eu não entendi qual é exatamente a função?. E realmente eu acho que a intenção aqui é a gente
165 fazer a coisa funcionar melhor, porque, até esclarecendo para o tenente, a realidade que a gente tem aqui é que
166 existem CTP que nunca são chamadas ou que são chamadas muito pouco, ou quando são chamadas algumas pessoas
167 se deslocam até aqui e daí não tem quórum e não sai reunião. E se a gente conseguir reunir em uma CTP mais
168 assuntos para que também cresça também um pouco mais a importância para os membros, realmente, faltarem ao
169 trabalho ou deixar de fazer outras coisas para estarem aqui nesta CTP talvez a gente consiga fazer funcionar melhor. E
170 eu acho uma coisa, em razão as CTP, também é importante é a questão de como geram as demandas pra ela, por que
171 a gente esta sendo muito passivo, reativo, quando acontece alguma coisa, ou alguém de fora propõe ai a plenária
172 encaminha, mas a gente não tem uma ação estruturada em relação aos temas que as CTPs trabalham, então talvez a
173 gente também poderia pensar em como fazer isso.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Em relação a isto, como eu já tinha
174 proposto esta CTP de Política Ambiental, minha segunda sugestão, tendo em vista que provavelmente a palavra política
175 ia ficar ruim por causa dos políticos, então ficaria uma coisa aparentemente ruim é uma palavra que ninguém gosta
176 dela, então minha segunda sugestão tinha sido de fazer a “controlia” de qualidade que o Rafael achou não por bem,
177 então, e até fez a sugestão, o Rafael, que eu agora vou incorporar, invés de política ambiental nós faríamos a de
178 Planejamento Ambiental que ai ficaria então uma coisa mais técnica onde nós vamos discutir a política ambiental, então
179 invés de política ambiental, Planejamento. E planejamento é o que? É zoneamento, é o sistema. Então, talvez a palavra
180 ficaria mais bem definida como planejamento ambiental.” **Sra. Maria Patrícia:** “Alguma oposição, não sei se ficou
181 esclarecido?” **Sr. Manuel Strauch:** “É que não é atribuição do conselho fazer planejamento, né” **Sr. Eduardo Osório**
182 **Stumpf:** “O Conselho do Meio Ambiente faz todo o planejamento, quer dizer a gente não faz, deveria fazer, mas não
183 faz, fica estudando miudeza aqui.” **(conversas paralelas)** **Sra. Maria Patrícia:** “Tem um convidado que quer falar, na
184 verdade o representante da OAB, vamos permitir nessa nossa dúvida cruel do momento, a vocês de fora.” **Sr.**
185 **Alexandre Burmann:** “A OAB é uma futura membro do COSEMA, se tudo correr bem. Minha sugestão com o que
186 vocês estão debatendo, ao meu ver, o nome da CTP não importa o que importa é a sua atribuição, dentro da atribuição
187 da CTP de biodiversidade, por exemplo, pode estar incluída as questões das políticas ambientais, planejamento
188 ambiental, e tudo mais. Não adianta ter, ao meu ver de longe, como a gente vê, dez, quinze CTP e as CTP não
189 funcionam, ter menos CTP com mais atribuições pra elas, e elas terão condições de funcionar melhor. Como por
190 exemplo, política ambiental pode entra na biodiversidade, por exemplo, de longe, aparentemente, é só uma questão de
191 definir as atribuições das CTP.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Só para continuar tentando definir a função nossa, do
192 CONSEMA e seus conselheiros, buscando a lei, então, do sistema estadual de proteção ambiental do que ele é
193 constituído e quem é o seu órgão superior, o conselho estadual do meio ambiente, e o que ele tem que fazer, né. Então
194 o CONSEMA, nós somos órgão superior do meio ambiente de caráter deliberativo e normativo, quer dizer, nós
195 deliberamos e normatizamos, nós fazemos as leis, as supras leis, equiparados aos decretos, por exemplo, nós não
196 fizemos leis, mas resoluções se equiparam aos decretos ou até um pouquinho maior. E nós somos, em primeira
197 instância responsável pela aprovação e acompanhamento da implementação da política estadual do meio ambiente,
198 bem como os demais planos afeto a área, disso que: plano estadual de resíduos, plano estadual resíduos sólidos, plano
199 estadual de recursos hídricos, plano estadual de educação, talvez. Então, eu acho que não podemos perder esta
200 oportunidade de fortalecer o CONSEMA através de uma CTP para dar este suporte e fazer esta discussão referente a
201 implantação da política estadual do meio ambiente que pode ser nesta câmara de planejamento ambiental. Continuo
202 defendendo, então, agora o Planejamento Ambiental.” **Sra. Andrea Pinto Loguercio:** “Eu acho que esta havendo uma
203 confusão, o Eduardo fez um esclarecimento aqui que é bastante importante. Eu vou trazer um pouquinho da minha
204 experiência que são nove anos, talvez no conselho mais efetivo em funcionamento que é o COMAM em Porto Alegre,
205 no qual, o Rafael agora tem participado e a gente tem visto as CTP funcionarem de uma maneira bastante efetiva.
206 Então, cabe a este conselho efetivamente fazer a política ambiental ou dar as diretrizes da política ambiental, a despeito
207 da gente concordar ou não com termo do uso da política, e é importante entender que a política é uma ciência e é uma
208 técnica e ela não pode ser confundida com os entes políticos ou com as questões partidárias. Então, estabelecer as
209 diretrizes da política ambiental é um dever, aliás, é o papel deste conselho, é um dos motivos pelo quais ele foi criado e
210 isso esta na legislação brasileira desde 1981 na lei que cria a política ambiental do país. Então, acho que o Eduardo foi
211 bastante feliz quando ele traz a questão do planejamento ambiental. O planejamento ele não é exclusivo, e a gente em
212 uma sociedade ou num meio como é a questão ambiental em que se trabalha em parceria entre os órgãos executivos,
213 que no caso aqui é a SEMA e a FEPAM, e a sociedade civil organizada e nós somos os representantes da sociedade
214 civil organizada o planejamento é sim uma construção coletiva, então uma CTP de planejamento Ambiental vai
215 possibilitar que a sociedade de forma organizada através de sua representação técnica que é o que nós temos no
216 CONSEMA possa contribuir não se trata de quem é a atribuição ou quem é o dono da atribuição ou quem vai fazer
217 planejamento, acho que quem tem que planejar para construir a melhor política ambiental para o Estado somos todos
218 nós, os órgãos a frente do executivo e a sociedade que esta aqui representada, então não vejo conflito em nós termos
219 uma CTP de planejamento onde esta câmara vai sim criar diretrizes, criar resoluções, discutir alguns temas, acho que
220 bem importantes, embora a questão de que câmaras a gente vai ter, é bem importante são as diretrizes de como estas
221 câmaras efetivamente vão funcionar e qual é atribuição e o papel de cada uma, os conselhos que tem câmaras bem

222 funcionando é porque esta muito claro como elas funcionam, com que frequências elas se reúnem, qual o quórum
223 mínimo, quais são as pautas, qual é a diretriz, quanto tempo um processo vai e fica para câmara, como ele chega lá,
224 como ele volta para a plenária para ser votado ou não, isso vai criar a dinâmica dentro do conselho que a gente ha
225 muitos anos vem debatendo de porque as coisas veem, o mesmo grupo de pessoas, as vezes renova e vem outras e
226 porque parece que a gente rema, rema, rema e não estamos indo para a frente na questão da política ambiental do
227 Estado.” **Sr. Walter Fichtner:** “Eu só queria acrescentar ao que a colega acabou de dizer que realmente é muito
228 importante, por que, provavelmente esta CTP de Planejamento Ambiental ou seja o nome que vier a ser, ela vai acabar
229 norteando as demais CTP e muitas discussões talvez que se faça hoje nas demais CTP devia ter um norte, por que no
230 momento que você tem traçado uma política ou um planejamento ambiental eu acho que muitos assuntos não vão ser
231 nem discutidos porque já vai estar previsto neste planejamento e eu acho muito oportuno a colocação.” **Sra. Maria**
232 **Patrícia:** “Bom, então somando todas as manifestações, ali, eu não sei se tu mantem a tua divergência ou tu fica na
233 proposta, porque dai na verdade eu vou montar alguma coisa para fazermos a votação, Manuel, eu não sei se tu
234 mantem a tua divergência?” **Sr. Manuel Strauch:** “Não, não.” **Sra. Maria Patrícia:** “Concordas com a proposta de ter a
235 CTP de planejamento ou talvez se chamar realmente de política que é o que a lei fala né. De planejamento ou de
236 política ambiental, fica batizada como planejamento, pai da câmara, Eduardo?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “A política
237 foi eu que propus, o planejamento foi ele (Rafael) eu gosto mais do planejamento.” **Sra. Maria Patrícia:** “Pode ser
238 planejamento então. Eu vou tentar resumir a proposta e a gente faz a votação. Na verdade até uma nova sistemática
239 aqui das reuniões, a gente vai fazer durante as reuniões, até para não se perder alguma deliberação ou algum ato que
240 a secretaria executiva tenha que tomar imediatamente, seja chamar uma reunião de alguma CTP seja encaminhar
241 algum processo para algumas das câmaras, enfim, eu estou fazendo um resuminho das deliberações e ao final da
242 reunião a gente sai com isso aqui preenchido e a secretaria executiva já faz as suas ações, como a ata às vezes
243 demora até a outra reunião para ser degravada a aprovada então que a partir daqui se dê start. Então ali na verdade a
244 aprovação da ata constou como aprovada. Alteração das câmaras técnicas, então, ficou decidido, eu vou falando as
245 câmaras e vocês me corrijam qualquer coisa. Então nós teremos as seguintes câmaras técnicas: de Agropecuária e
246 Agroindústria que fica abrangendo, incorpora a de Agrotóxicos e Política Florestal, a CTP de Biodiversidade fica
247 mantida, a CTP de Controle e Qualidade Ambiental incorpora a de Recursos Atmosféricos, Resíduos Sólidos e Gestão
248 das Águas, mantida a de Gestão Compartilhada Estado/Município, Assuntos Jurídicos mantida incorporando a de
249 Recurso Administrativo, o FEMA fica mantida, a Mineração e se cria a do Planejamento Ambiental, e se extingue a de
250 Educação Ambiental. Alguém quer fazer alguma proposta?” **Sra. Andrea Pinto Loguercio:** “Eu só acho interessante
251 que conste, principalmente no corpo da resolução, que o tema da educação ambiental passa a ser transversal a todas
252 as câmaras para não parecer simplesmente uma extinção pura e simples.” **Sra. Maria Patrícia:** “Então vai constar nos
253 considerandos. Um dos considerandos então vai ser este e a questão de que se busca uma maior agilidade, enfim.” **Sr.**
254 **Manuel Strauch:** “Só em relação ao assunto, eu concordo com a Andréia, eu olhei aqui no código estadual do meio
255 ambiente artigo dezoito e esta escrito assim, aqui no código estadual: o planejamento ambiental terá como unidade de
256 referência as bacias hidrográficas, como colocou o Eduardo, e será executado pelo sistema estadual de proteção
257 ambiental – SISEPRA, através dos seguintes instrumentos, e o conselho como terceiro instrumento, compatibilização
258 dos planos regionais de desenvolvimento com as diretrizes ambientais da região emanadas do conselho estadual do
259 meio ambiente – CONSEMA, ou seja, a primeira pauta disto já pode ser estas tais de diretrizes ambientais da região,
260 que nós não temos e que são elas que devem nortear a compatibilização dos planos regionais com os planos de bacia,
261 esta aqui no código estadual do meio ambiente artigo dezoito.” (conversas paralelas) **Sra. Maria Patrícia:** “E ai, eu
262 pergunto se a câmara esta de zoneamento se não entraria na de planejamento. Se a gente não extinguiria a de
263 zoneamento e colocaria esta apresentação dos ZEE dentro da de planejamento. Por que ai talvez comece a se ter esta
264 visão de todo do estado, se apresente os outros planos existentes, para estes integrantes, os demais instrumentos que
265 a SEMA dispõe, o plano de Resíduos, alguma coisa de unidade de conservação, sei lá, se apresente ali para ser esta
266 visão do todo.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Se for escrito ali.” **Sra. Maria Patrícia:** “Estaria lá nos considerandos
267 também, considerando que se entende que o zoneamento econômico ecológico deve ser tratado dentro do da política
268 ambiental.” (conversas paralelas) **Sr. Rafael Volquind:** “Esta resolução ela tem que conter as atribuições de cada
269 câmara, isto tem que estar descrito, e na descrição na câmara de planejamento já incorpora as questões referentes a
270 avaliação zoneamento, de planos, desses grandes estudos que tem.” (conversas paralelas) **Sra. Andrea Pinto**
271 **Loguercio:** “Incorporar a CTP de ZEE na do Planejamento, era exatamente esta proposta.” **Sr. Eduardo Osório**
272 **Stumpf:** “Aproveitando então eu gostaria de fazer uma proposta, lembrando o Mario Couber da FEPAM, que é uma
273 outra câmara famigerada, mais famigerada ainda, que é a câmara de Áreas Contaminadas, que é uma câmara técnica
274 provisória que nunca foi chamada, então que as atribuições dela, porque pelo que eu li nos processos se não me
275 engano o ultimo movimento que teve nesta câmara, não sei se ela chegou a se reunir, acho que estou fazendo
276 confusão, mas é que uma das CTP solicitou informações à FEPAM sobre estas áreas contaminadas, então, em relação,
277 isso tudo começaria com o diagnóstico de áreas contaminadas do RS que a FEPAM deve ter, deve estar fazendo, o
278 ministério da saúde, faz várias pessoas fazem, então trazer esta assunto para a CTP de Controle e Qualidade e ficar
279 definido ali também, incorporar a CTP de Controle e Qualidade Ambiental a câmara técnica provisória de Áreas

280 Contaminadas e suas atribuições e demandas.” (Conversas paralelas) **Sra. Maria Patrícia:** “Eduardo, até se incluiu o
281 assunto. Tu não sabes qual resolução? Por que a secretaria executiva fez uma varredura e não localizou a resolução
282 desta câmara técnica provisória. Nos assuntos pendentes aqui, este assunto não esta nestes expedientes que estava à
283 disposição lá na secretaria? Porque a gente pode decidir de outra forma, a gente pode decidir mandar o assunto para a
284 câmara de Qualidade Ambiental.” **Sra. Ana Lucia Flôres Cruz:** “Em março de 2012 nós fizemos um ofício dizendo o
285 interesse de participar da câmara técnica de gerenciamento áreas contaminadas, mas eu acho que não saiu nenhuma
286 resolução, porque nós nunca fomos chamados, então acredito que ela não chegou nem a se reunir, e em quase todas
287 as vezes que nós comparecíamos nós perguntávamos e a resposta era que realmente ela não tinha sido chamada,
288 então acredito que não tenha nem resolução, isso ai foi uma demanda, se não me falha a memória, foi o conselheiro,
289 não sei se era do CREA, que era o Eduardo Carvalho que solicitou numa das reuniões que fazíamos ainda em um outro
290 local solicitando esta câmara técnica de gerenciamento de áreas contaminadas no CONSEMA.” **Sra. Maria Patrícia:**
291 “Bom, acho que a eventual pauta, na verdade é encaminhar até como o Rafael alertou seria bom a gente descrever a
292 função, pelo menos genericamente, o mais ampla possível de cada câmara, então talvez a gente votasse o básico e a
293 gente faz um detalhamento, talvez vocês possam mandar contribuições, não sei se a gente conseguiria fazer isto agora,
294 e ai poderia cada um pensar e fazer e trazer para a próxima reunião a gente já tendo reduzido e não precisaríamos
295 votar hoje isto aqui. Por que ai as câmaras técnicas que estão em funcionamento permanecem em funcionamento.” **Sr.**
296 **Eduardo Osório Stumpf:** “A sugestão talvez de que fosse levada esta discussão para o grupo. Talvez hoje aprovar
297 elas porque nós sabemos do que se trata e no grupo do regimento interno que vai tratar das câmaras técnicas lá a
298 gente sugeriria, então, não quer dizer que todo mundo não possa mandar as contribuições para a secretaria executiva
299 para ir levando esta descrição das competências das câmaras técnicas para a gente colocar no regimento depois da
300 discussão.” **Sr. Rafael Volquind:** “Acrescentando também que as CTP elas podem, quando tem um assunto muito
301 específico, elas podem formar um grupo técnico interno então não precisa também ficar criando câmara técnica
302 provisória, câmara técnica que não será permanente, prejudicando até o próprio regimento.” **Sra. Maria Patrícia:** “Eu
303 acolheria aqui a sugestão do Eduardo, então a gente faz a resolução com as câmaras e a composição e no grupo de
304 trabalho este do regimento interno se colhe as sugestões. O grupo de trabalho se reuniu uma vez ele esta trabalhando
305 nas sugestões de alterações e tem uma reunião marcada para o dia oito, claro que não vai se vencer toda a pauta, mas
306 ai talvez se daria este prazo para os conselheiros até o dia desta reunião encaminharem o que seria o conteúdo de
307 cada, tentasse descrever, também não exaustivamente, mas de forma mais ampla as competências de cada câmara.”
308 **Sr. Rafael Volquind:** “Mais uma proposição que para a próxima reunião a gente tenha a resolução para fazer a
309 discussão final dela, que venha uma minuta na convocação da próxima reunião, desta resolução tratando das câmaras
310 técnicas.” **Sra. Maria Patrícia:** “Mas dai temos duas propostas diferentes, uma é que a gente aprove a composição e as
311 competência seja decidida no regimento interno.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “As atribuições.” **Sra. Maria Patrícia:** “É,
312 as atribuições de cada câmara.” **Sr. Rafael Volquind:** “Pode ser.” **Sra. Maria Patrícia:** “Pode ser. Porque dai na
313 verdade todas as questões que a Andrea colocou, de quórum, de quando o membro não vem tantas vezes o que
314 acontece, ausência, este tipo de coisa vai ser discutida dentro do regimento, do grupo. Então, encaminhamento, esta
315 composição aqui esta ok, alguma divergência com relação, podemos Aprovar? Então ficam oito câmaras: Agropecuária
316 e Agroindústria incorporando Agrotóxicos e Política Florestal, Biodiversidade mantida, mantida também Controle e
317 Qualidade Ambiental que incorpora Recursos Atmosféricos, Resíduos Sólidos e Gestão das Águas, mantida também a
318 câmara de Gestão Compartilhada Estado/Município, mantida a câmara de Assuntos Jurídicos que incorpora os
319 Recursos Administrativos, mantida a do FEMA, mantida a da Mineração, criada uma câmara técnica de Planejamento
320 Ambiental incorporando a provisória do Zoneamento Econômico Ecológico e extingue-se a câmara técnica de
321 Educação Ambiental com a ressalva dos considerandos que é um assunto transversal a toda as câmaras técnicas que
322 ele assim será tratado. Vamos colocar em votação, acho que vou fazer por contraste. Quem é contrário? Contrário
323 nenhum voto. Abstenções? Nenhuma. Então **aprovado por unanimidade.** Então com relação à composição, eu
324 sugeriria a gente partir da composição de cada uma dessas que já existe aqui. **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Essa
325 listagem que foi passada da composição das câmaras técnicas ela se baseia na resolução que foi publicada, mas não
326 no que estava acontecendo na prática. É isso, né. Por que na câmara técnica de Resíduos Sólidos, por exemplo, a
327 FAMURS participa, mas não consta aqui na composição.” **Sra. Maria Patrícia:** “Nós colocamos o que foi localizado de
328 resolução formalmente, é isso que eu esclareci no começo, havia algumas entidades contribuindo com as câmaras
329 técnicas embora a gente não localizou formalmente a resolução que a incluísse.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “É só
330 para deixar registrado que os comitês de bacias não constam no FEMA, sendo que provavelmente a gente indicou e o
331 presidente do FEMA é do comitê de bacias.” **Sra. Maria Patrícia:** “Vamos arrumar tudo isso, essa é a ideia.” **Sra.**
332 **Lisiane Becker:** “Mira-Serra esta na Assuntos Jurídicos e também não consta aqui.” **Sra. Maria Patrícia:** “Ok. Proposta
333 vamos passando uma a uma aqui. E eu vou sugerir o seguinte encaminhamento, que as entidades que constam e
334 querem se retirar se manifestem.” **Sra. Lisiane Becker:** “É na Biodiversidade a Mira-Serra tinha saído faz muito tempo.
335 Estavam até dizendo que a gente não vinha, não, nós já saímos logo em seguida.” **Sra. Maria Patrícia:** “Vamos
336 passando uma a uma. Alguém tem uma proposta diferente?” **Sr. Rafael Volquind:** “Pela composição mandada, enviada
337 para nós, a gente tem uma discrepância muito grande, na quantidade de componentes de cada câmara, na câmara do

338 FEMA, por exemplo tem só cinco componentes e a da Gestão Compartilhada tem quinze, vai ter alguma regra para
339 determinar isso? Algum limite mínimo e máximo para que a gente possa ter uma câmara realmente atuante.” **Sra. Maria**
340 **Patrícia:** “O que eu ia propor também, isso na verdade é um dilema, até que ponto a plenária aqui vai estabelecer um
341 número para limitar os integrantes, só que isso gera um problema de quórum, talvez solucionado ali no GT do
342 regimento interno, mas neste particular talvez nós pudéssemos nos adiantar sugerindo que o quórum na verdade se
343 desse não pelo total ali, mas se desse pelo efetivamente quem for, por que se não se tem uma câmara técnica muito
344 grande não se consegue quórum e muitas vezes o assunto pautado não é de interesse daquela entidade e ela acaba
345 não comparecendo e atrapalhando o andamento, então, na verdade que não seja o quórum de funcionamento das
346 câmaras técnicas metade mais um.” **Sra. Lisiane Becker:** “Eu estou pensando nos modelos como a gente estava
347 colocando lá dentro GT do regimento interno, que é onde vai tratar realmente o regimento da composição das câmaras,
348 eu fico pensando se o modelo não seria, não igual, mas parecido com o do CONAMA para composição, por que ali tem
349 um percentual para cada setor para não ficar desequilibrado, isso é uma proposta. Por isso eu não sei se vamos discutir
350 isso aqui ou se vamos fazer uma discussão no GT para depois trazer para a plenária. Não sei como a senhora vai ter
351 essa demanda? **Sra. Maria Patrícia:** “A ideia era discutir aqui até por que se a gente publicar uma resolução alterando
352 as câmaras teria que ser hoje decidido.” **Sra. Lisiane Becker:** “Eu não sei se é oportuno a gente correr agora com isso,
353 porque o nosso GT foi instituído exatamente pra isso, então, foi aprovado aqui que ia ser criado um GT para discutir
354 isso, ai acho que não é prejuízo a gente aguardar mais um mês pra ter um processo mais depurado e trazer pra cá.”
355 **Sra. Maria Patrícia:** “Hoje então se sairia com uma nominata que pode ser revista depois. Uma nominata provisória.
356 Pode ser. **(Conversas paralelas) Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Talvez a gente esteja fazendo alguma confusão, por que
357 na última reunião nós deliberamos e encaminhamos um ofício para as entidades indicarem quais as câmaras que elas
358 tem interesse e agora com o trabalho da secretaria executiva se levantou o atual, mas no atual nós temos uns
359 problemas que é a falta de quórum, gente que nunca teve aqui, gente que não esta hoje na reunião, então fica uma
360 traição, como se diz, por que as entidades reviram seus procedimentos e fizeram indicação para a secretaria executiva,
361 acho que quase todas as entidades fizeram, e ai nós vamos discutir em cima do antigo que a gente sabe que esta
362 morto, então talvez a gente tenha que pensar, a gente tem que pensar melhor. Isso aqui a gente não teria que discutir
363 em cima desta lista que é a lista anacrônica de quem não vem e que não funciona. Nós temos que discutir em cima do
364 ofício 09 ou 08 que foi encaminhado, aonde as entidades se manifestaram, eu quero participar destas câmaras, e não
365 esta aqui. Então nós estamos discutindo a errada, ai depois sim tem que pensar como é que nós vamos resolver a
366 questão da participação, por que hoje o regimento não veda a participação e especificamente no caso dos Comitês de
367 Bacias por uma questão de politica, os comitês que são vinte e cinco participam de todas as câmaras, e vão continuar
368 participando de todas as câmaras e vem nas câmaras, então talvez a gente tem que discutir como é que nós vamos
369 fazer isso, por que aparentemente todos os conselheiros tem direito de participar das câmaras então nós teríamos oito
370 câmaras com trinta e um membros.” **Sra. Maria Patrícia:** “Não, dai é uma zona plenária.” **(Conversas paralelas) Sr.**
371 **Eduardo Osório Stumpf:** “Eu estou fazendo as hipóteses e as hipóteses seriam essas. Então nós vamos limitar, ou
372 talvez essa ideia de que todos os conselheiros são natos na câmaras técnicas e nós vamos achar um sistema de
373 nominatar aquelas que mostraram interesse, e nós vamos limitar? Então é uma equação difícil. A consulta foi feita.”
374 **(Conversas paralelas) Sra. Maria Patrícia:** “A consulta foi feita, na verdade se consultou pela velha, o que já fazia parte
375 na antiga se tinha intenção de permanecer naquela antiga ou não, na verdade o cenário mudou. Só que não se pode ter
376 uma câmara técnica do tamanho da plenária que ai não funciona, de alguma forma a gente vai ter que equacionar.” **Sra.**
377 **Andrea Pinto Loguercio:** “Eu queria só fazer um proposição por que eu acho assim, nós acabamos de fazer uma
378 mudança que é uma mudança significativa nos papéis então é muito complicado a gente discutir quem vai participar
379 com uma lista que a grande maioria é do início dos anos 2000, algumas são de 2002, essas mudanças que ocorreram
380 não existem resoluções por que elas foram feitas de oficio, algumas entidades que foram entrando ao longo da história
381 e foram saindo isso foi feito ao longo do tempo muitas vezes por ofícios, as entidades por oficio pediam para entrar ou
382 por oficio pediam para sair de determinadas câmaras e como a gente acaba de criar uma nova sistemática de câmaras
383 eu acho que o mais correto com as trinta e uma entidade aqui seria a gente reapresentar esta nominata de as câmaras
384 técnicas propostas a partir de agora serão estas oito as entidades teriam que ter a oportunidade de consultar, por que
385 muitas vezes os membros, como disse o Eduardo, da entidade nas câmaras são membros diferentes e o representante,
386 o comandante também disse ali atrás, então ter a oportunidade de dizer bom, em que câmaras esta entidade
387 efetivamente pode ou esta disposta, ou tem pessoal ou tem perna suficiente para colaborar e ai a gente com essa
388 nominata e com uma proposta de como isso vai se dar, como vai ser o quórum mínimo que vai ter que vim do GT de
389 regimento compor as novas câmaras, por que a gente fazer uma escolha aqui, em cima da lista ou em cima de quem
390 aqui agora quer entrar ou quer sair com uma nova proposta, talvez alguém que não esteja aqui seja extremamente
391 pertinente que participe da câmara de Planejamento Ambiental que na lista que foi para as entidades não existia.” **Sra.**
392 **Maria Patrícia:** “Por mim acolhido.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “O Eduardo referiu um ofício que foi encaminhado
393 para as entidades, mas Eduardo o ofício foi, que eu me lembre, foi só para informar, atualizar os representantes do
394 CONSEMA e não das CTP.” **(Conversas paralelas) Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Das CTP também, então tá, mas está
395 questão de representantes das câmaras técnicas eu entendo que tem que ser decidido pelo grupo do regimento interno

396 e depois aprovado pela plenária, eu entendo que seria a forma mais correta, de quem vai participar e de como, por que
397 eu acho que é uma das finalidades de ter sido criado o grupo também.” **Sr. Manuel Strauch:** “Em relação a participação
398 existe a figura da exclusão por falta e ela ao longo da história do CONSEMA não foi aplicada, então a minha sugestão é
399 que na revisão do regimento é dar a quem preside a câmara técnica poder de aquela entidade que faltou três vezes não
400 conta mais para o quórum, excluir quem tem que excluir ela é o CONSEMA, não pode ser a própria câmara, mas que
401 ela não conte para o quórum, ela não está comparecendo, não conte para o quórum, por que também a câmara técnica
402 é uma câmara de trabalho se a gente se inscreve que voluntariamente a gente vai participar, eu não posso me inscrever
403 só para caso tocar no meu calo eu vou lá fazer “lobby” não, não é esta função a câmara técnica que ela discute os
404 assuntos que o CONSEMA atribui, se eu não estou disposto eu não devo participar da câmara técnica, pelo menos eu
405 vejo isto desta forma, então para que ela realmente seja funcional e tenha uma continuidade eu acho que tem que ser
406 tomado uma atitude desta forma no regimento e eu não vejo como botar um limite máximo, exatamente pelo que a
407 Andrea falou, se for trinta e um membros, bom vai ficar realmente mais difícil operacional de lidar com isso, mas se o
408 interesse geral for tão grande eu não vejo como limitar isso. Por qual critério se limitaria? Porque que alguém poderia
409 participar ou não, agora tem demais e não pode, por que o outro chegou primeiro? É só esse o critério? Eu acho isso
410 complicado e eu também acho que isso é difícil de acontecer, até hoje a gente não teve. A gente nunca teve uma
411 reunião de câmara técnica com o CONSEMA todo, bem pelo contrário, o normal é acontecer ao contrário é faltar gente.
412 Então eu acho que por enquanto a gente não tem que se preocupar com isso, se acontecer a gente vê o que fazer eu
413 não vejo motivo hoje para limitar uma quantidade máxima de pessoas.” **Sra. Maria Patrícia:** “Então na verdade, acho
414 que o que eu peguei de mais unanime aqui é que esta questão tanto da composição vai depender da discussão do
415 grupo do regimento interno, enfim, inclusive os mecanismos que ele criar para a questão de fazer as câmaras
416 funcionarem pelo quórum, ai talvez fique mais concreta a discussão de limitar ou não os integrantes e talvez de se ter o
417 prazo, por que na verdade a gente representa a entidade a gente não é a entidade, dos representantes aqui poderem
418 levar para as suas instituições esta proposta consolidada e trazer a nominata depois, então, no fim eu na minha ânsia
419 de fazer, no fim, talvez tenha que dar uma “recuadinha” aqui e a gente não publicar esta resolução agora, porque não
420 adianta eu publicar uma resolução sem a composição, até porque eu vou atravancar algumas câmaras que estão
421 trabalhando, a de Recurso Administrativo esta com reunião marcada, eu sei que tem assunto na Gestão Compartilhada
422 também, porque eu acho que a FAMURS esta trabalhando com a FEPAM inclusive fora das reuniões, “né”, depois se
423 vocês quiserem fazer um relato, e tem um assunto da última reunião que também vai ser encaminhado, acho que é a
424 de Controle e Qualidade, “né”, aquele assunto dos parâmetros de lançamento de efluentes líquidos a gente vai montar
425 um processo e vai encaminhar e chamar uma reunião da câmara de Controle e Qualidade que ficou deliberado na
426 última reunião para que se eleja o presidente, enfim, a gente vê esse “time”, ela não vai mudar, né. Então, sugestão, a
427 gente aprova assim e ai os encaminhamentos de todos levarem para as suas entidades o novo formato das câmaras e
428 verem a possibilidade de efetivamente poder participar e integrar as câmaras e o grupo do regimento interno se reúne,
429 acho que ele não finaliza o trabalho, esse é o meu medo que talvez na próxima reunião do CONSEMA a gente não
430 tenha o trabalho finalizado do GT, “né”, não encerrou o prazo dele.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “A minha proposta é
431 tendo em vista que foi encaminhado um ofício para as entidades, seja encaminhado um outro ofício pela secretaria
432 executiva e pela presidência do CONSEMA dando ciência do que foi aprovado as oitos câmaras e solicitando, pedindo
433 suas desculpas, e solicitando que encaminhe novamente as indicações de quais quer participar.” **Sr. Rafael Volquind:**
434 “E um prazo para resposta do ofício, dar-se um prazo.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Não, é que como foi
435 encaminhado um ofício eu acho que teria que agora, “né”.” **Sr. Rafael Volquind:** “Nós estamos deliberando aqui se
436 vamos encaminhar o ofício.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Tá, mas por exemplo, tem entidades que não estão aqui e
437 tem entidade complicada, tipo o comitê de bacia que são vinte e cinco comitês e é uma “brigaiada”, então eu preferiria
438 já que começou nessa organização, nós começamos num padrão de organização que continue nesse padrão de
439 organização, a comunicação oficial.” **Sra. Maria Patrícia:** “Não tem problema, a gente pode encaminhar, sem
440 problemas, podemos.” **Sr. Altemir S. De Lima:** “Eu concordo com o ofício, nós temos que estabelecer um prazo e no
441 ofício dizer para a entidade que não se manifestar entende-se que ela não tem interesse em participar, porque pelo que
442 eu vi tem entidades que não participaram nunca, mas tem entidades querem participar mas que por um motivo ou outro
443 não puderam estar aqui hoje, então seria injusto, já que se mandou um ofício anterior, se mandar um novo
444 estabelecendo prazo e informando que o não retorno significa que não tem interesse.” **Sra. Marta Elisa Eberle:** “Na
445 verdade eu vou pedir uma coisa muito básica, é a primeira reunião que a gente esta participando e pra poder fazer esta
446 avaliação na secretaria, o básico que eu digo é, estabelecida as câmaras estas que ficaram decididas hoje que nos
447 envie assim como a outros, porque vocês já sabem o que é tratado dentro de cada câmara, então para a gente poder
448 se manifestar se realmente somos capazes e podemos contribuir e dentro de qual câmara em que assunto a gente
449 pode participar, que a gente saiba o que é tratado dentro de cada câmara, pelo menos o objetivo principal de cada
450 câmara, eu acho que facilita o nosso trabalho, por que se não a gente vai decidir no escuro por que a gente não tem
451 essa informação justamente por estar por fora ainda.” **Sra. Maria Patrícia:** “Eu ia te propor de depois a gente ali com a
452 secretaria executiva a gente esclarece essas tuas dúvidas. Enfim, eu acho a questão do prazo interessante, não sei
453 internamente as entidades que às vezes é mais difícil a decisão, quanto tempo que precisaria? Que é o teu caso dos

454 comitês de bacias, Eduardo?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “No meu caso não, porque dia trinta a gente tem reunião
455 do Fórum Gaúcho, então a gente já levaria este assunto e não seria problema, eu acho que quinze dias.” **Sra. Maria**
456 **Patrícia:** “Quinze dias, então “tá”, então fica quinze dias do ofício, já mandamos o ofício logo. Então, encaminhamento:
457 ofício as entidades componentes do CONSEMA para que se manifestem em quinze dias sobre o interesse e
458 possibilidade de contribuição nas novas câmaras técnicas.” **Sr. José Homero Finamor Pinto:** “Para a gente não perder
459 tempo seria importante que constasse no ofício o pedido para as entidades indicarem os nomes se não eles vão dizer
460 que tem interesse e vai surgir um segundo momento para perguntar quem são.” **Sra. Maria Patrícia:** “Acolhido. E ai
461 agente traz isso na próxima reunião já consolidado e se verifica até onde se avançou no GT do regimento interno, se se
462 conseguiu entrar nesta questão. Dando por finalizado este ponto da pauta, o terceiro na verdade ficou prejudicado
463 porque nós decidimos adia-lo, o item três que era a consolidação da composição das CTPs, o item três da pauta que
464 era dizer a composição ficou adiado, trocamos pelo ofício com mais cautela. E o quarto ponto da pauta já foi trazido na
465 reunião anterior a situação dos processos que foram localizados lá na secretaria do CONSEMA, se fez um amplo
466 levantamento lá e relacionou e se trouxe. A proposta da última reunião era que as entidades tivessem um prazo para se
467 manifestar destes assuntos, que os processos ficariam a disposição na secretaria executiva para vistas ou para alguma
468 outra, tem algumas secretarias que a gente alcançou alguma coisa de cópia digitalizada e que aqui se discutisse hoje o
469 que se pretende com cada um desses processos se realmente eles merecem permanecer nas câmaras, se já não são
470 assuntos vencidos, é isso que ficou decidido que a plenária aqui iria tratar de cada um deles, se a gente encaminha
471 esses assuntos para as câmaras técnicas, mantém este encaminhamento, por que na verdade são processos muitos
472 antigos e talvez tenham coisas que a gente não precise chamar ou ocupar o tempo das câmaras técnicas e aqui o
473 encaminhamento: houve manifestação dos Comitês de Bacias, temos manifestação também da FIERGS, dos Amigos
474 da Floresta, e da FECOMERCIO, que hoje não esta.” **Sra. Lisiane Becker:** “E da Mira-Serra também, mandou por e-
475 mail.” **Sra. Maria Patrícia:** “Não esta impresso o e-mail. Bom independente disto a ideia inicial é que a gente
476 conseguisse pegar alguma coisa de consenso, mas no fim não houve manifestação de todos, então ai talvez aqui o que
477 eu pudesse fazer é passar processo por processo, tirando talvez alguns em bloco que seria a questão das
478 competências dos municípios de licenciamento, tem alguns processos prejudicados pela 140 talvez isso eu votasse em
479 bloco.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “E alguns acho que até pela lei de resíduos, porque tem uns que iniciaram antes
480 da lei de resíduos e que tratam do assunto pelo o que eu dei uma olhada.” **Sra. Maria Patrícia:** “E ai na verdade que a
481 plenária votasse aqui pelo arquivamento ou pelo retorno deste assunto para a câmara técnica. Esse é o
482 encaminhamento, porque no fim eu não consegui tirar o consenso acho a gente vai ter que passar um por um tirando
483 aqueles do bloco ali, talvez não vencemos todos. Porque ai a ideia é realmente encaminhar estes para as câmaras
484 técnicas e trazer o relato, e aqui eu acho que a gente tem que atuar com um pouquinho de responsabilidade de não
485 colocar tudo que é assunto na câmara técnica porque realmente não se vai dar conta, tem assuntos parados aqui de
486 2007, de 2009 é o último andamento, então será que realmente esses assuntos hoje merecem voltar. Eu vou pedir os
487 processos e vou passando eles aqui. Alguém quer se manifestar antes de eu começar a ler a listagem?” **Sr. Eduardo**
488 **Osório Stumpf:** “A sugestão que eu tenho é que a gente vai lendo um em cada um, a senhora vai lendo, e como a
489 gente tem várias entidades que fizeram uma análise e tem uma posição, então a entidade apresentasse rapidamente
490 aqui a sua posição para tentar harmonizar com o restante e a gente fosse votando uma por uma e ai na dúvida se olha
491 o processo.” **Sra. Maria Patrícia:** “Ok, esse era o meu encaminhamento mesmo. Desculpe, eu que não me fiz entender.
492 É votar um por um, eu só pedi os processos por cautela já se alguém precisar de algum esclarecimento. Então, o
493 primeiro processo é o **6174-0500/10-6** é uma proposta de discussão da portaria FEPAM 16/2010 disposição final de
494 resíduos classe I com características de inflamabilidade ela esta desde 2010 na CTP de Resíduos Sólidos.” **Sr.**
495 **Eduardo Osório Stumpf:** “Eu tive aqui e dei uma olhada no processo, então o que eu verifiquei é que a discussão
496 desta portaria é uma iniciativa da FIERGS e da UFRGS lá em 2010 de discutir a portaria da FEPAM e o ultimo
497 andamento que a câmara técnica de Resíduos Sólidos encaminhou um ofício para a FEPAM solicitando um relatório
498 dos aterros industriais do RS e ai não teve mais manifestação, então a sugestão que a gente estaria fazendo dos
499 comitês é de retornar esse processo lá em análise da câmara técnica pra ela ver até que ponto isso tem cabimento de
500 andamento ou arquiva-se, mas teria que talvez voltar para a câmara técnica, e ai a FEPAM talvez tenha uma outra
501 posição.” **Sr. Rafael Volquind:** “Eu tenho dúvida se essa portaria continua vigindo dentro da FEPAM inclusive, se eu
502 não me engano esse assunto de disposição final de resíduos com características de inflamabilidade já foi rediscutido
503 dentro da instituição e ainda tendo como proponente a FIERGS eu acho que em qualquer das situações o proponente
504 deveria ser o primeiro a se manifestar pela continuidade ou não.” **Sra. Maria Patrícia:** “É no e-mail, aqui a FIERGS até
505 não se, pelo menos no e-mail encaminhado não teria interesse mais.” **Sr. Walter Fichtner:** “É para a FIERGS é como
506 assunto encerrado.” **Sra. Maria Patrícia:** “Bom, então na verdade encaminhamento pelo arquivamento. Quem é a
507 favor? Contrário? Abstenções? Então **aprovado o arquivamento por unanimidade.** O próximo processo é o **18263-**
508 **0567/04-3** diretrizes para aplicação de resíduos sólidos industriais em solo agrícola esta na câmara técnica de
509 Resíduos Sólidos desde maio/2007 é o último andamento que consta no expediente aqui o proponente é a FEPAM.
510 Inscrições?” **Sra. Lisiane Becker:** “Eu gostaria de saber se não vai haver conflito, porque essa mesma matéria esta
511 tramitando no CONAMA, uma bem similar com isso de aplicação, e eu acho que vai ser perda de tempo ficar

512 trabalhando aqui e lá esta bem complicado a situação dessa dos Resíduos Industriais em solo agrícola, tenho quase
513 certeza que é a mesmo tema.” **Sra. Maria Patrícia:** “O proponente quer se manifestar, Rafael?” **Sr. Rafael Volquind:** “A
514 FEPAM já aplica as diretrizes no licenciamento ambiental, mas nada contra manter isso em discussão até por
515 orientação dos municípios.” **Sra. Maria Patrícia:** “Alguma manifestação mais? Inscrições?” **Sra. Marion Luiza**
516 **Heinrich:** “Não sei a FEPAM que é a proponente, mesmo que se archive-se este encaminhamento que esta desde
517 2004 aqui, nada impede que este assunto seja colocado em pauta novamente, né, daqui a pouco se aguarda por uma
518 Resolução do CONAMA ou não sei, devolva a FEPAM.” **Sra. Maria Patrícia:** “Pois é, eu talvez ia fazer este
519 encaminhamento de devolver o expediente a FEPAM para talvez atualizar a proposta.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “É
520 de repente a FEPAM da uma atualizada.” **Sra. Maria Patrícia:** “É, porque daí não teria que fazer isso dentro da câmara
521 Rafael, o que tu achas? A gente devolve a proposta para a FEPAM e ela atualiza e traz depois e a gente pauta.”
522 **(conversas paralelas) Sra. Maria Patrícia:** “Então aqui na verdade a gente vota, não pelo arquivamento, mas de **retirar**
523 **do CONSEMA e devolver ao proponente para atualização da proposta e se tem interesse do reenvio.** Eu vou
524 votar. Alguém é contrário a esta proposta? Abstenções? Então também **aprovado por unanimidade.** Próximo, o
525 expediente é o **15234-0567/09-0** o assunto estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento de fornos de
526 carvão vegetal e trata da tipologia de impacto local, não foi encaminhado à nenhuma câmara técnica, pelo menos não
527 consta no expediente este encaminhamento, talvez se tenha em ata, e na verdade veio ao CONSEMA, é uma
528 provocação do Ministério Público aqui, tem um ofício do Ministério Público de 05 de novembro de 2009 dizendo a
529 necessidade de ser objeto de licenciamento ambiental operação de fornos de carvão, encaminhou copia das normas
530 que tratam da matéria e ai tem diretrizes de licenciamento da FEPAM e veio para o CONSEMA. Inscrições?” **Sr.**
531 **Eduardo Osório Stumpf:** “Pelo que eu consegui também observar no processo existia umas portarias da FEPAM este
532 assunto veio para o CONSEMA e existe uma resolução do CONSEMA que é a 288 diz que isso é de impacto local, mas
533 de qualquer maneira as diretrizes ambientais talvez tenha que ser geradas pelo CONSEMA então a sugestão é que
534 este assunto seja retomado na câmara de Gestão Compartilhada para verificar embora onde a FEPAM possivelmente
535 com a sua experiência possa fazer sugestões para o licenciamento desses fornos pelos municípios, por que se não,
536 embora a gente tenha a municipalização acho que compete ao CONSEMA em linhas gerais fornecer essas diretrizes
537 para os municípios, por que se não cada município vai talvez licenciar de alguma forma.” **Sra. Maria Patrícia:** “Tá, mas
538 talvez não na Gestão Compartilhada, acho que ai na Controle e Qualidade.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Existe
539 mesmo resolução e portaria da FEPAM regravando este assunto porém o Estado nunca licenciou os fornos de carvão
540 vegetal que agora passaram pela 288 a serem licenciados pelos municípios, então por mais que eu entenda que os
541 municípios podem criar os mecanismos e decidir de que forma eles vão licenciar estes empreendimentos eu acho que
542 ela poderia, essa resolução, essas diretrizes poderiam ser discutidas em uma câmara técnica específica, não terá
543 problema.” **Sra. Maria Patrícia:** “Então, acho que aqui votamos pelo encaminhamento para, acho que ai é a de
544 Controle e Qualidade, por que na verdade ela não vai decidir se vai ser licenciado ou não pelo município, mas a norma
545 técnica o conteúdo técnico.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “E não também o que o município vai exigir e de que forma
546 porque o município tem autonomia para decidir de que forma ele vai licenciar.” **(conversas paralelas) Sra. Maria**
547 **Patrícia:** “Então vou colocar em votação, a gente **encaminha para a Câmara Técnica de Controle e Qualidade.** Vou
548 de novo fazer o inverso. Quem é contrário? Abstenções? Então, **unanimidade também.** O outro expediente é o **3080-**
549 **0500/08-5** padrões de emissões de efluentes líquidos – alteração Resolução CONSEMA 128/2006 esta na câmara de
550 Assuntos Jurídicos desde 2009, aqui eu só ia recordar que esse assunto foi recentemente encaminhado para a de
551 Controle e Qualidade também, que é da última reunião, não sei se talvez a gente encaminharia este expediente para se
552 apensar à aquele, por que é bem esta questão de revisão dos padrões, talvez fique a história do que já se discutiu.
553 Pode ser este encaminhamento? Alguma outra sugestão? Então o encaminhamento, na verdade é, pelo **apensamento**
554 **deste expediente ao que vai ser encaminhado,** que será aberto amanhã o expediente que já tem o despacho do que
555 foi decidido na última reunião. Próximo expediente é o **1116-0500/07-4** proposta de resolução que autoriza licenciar
556 sistemas de esgotamento sanitário com uso de redes de recolhimento de efluentes líquidos do tipo mista, esta na
557 câmara de Controle e Qualidade Ambiental.” **(conversas paralelas) Sr. Walter Fichtner:** “Esse assunto não é o mesmo
558 do outro, esse ai trata de sistemas mistos de coleta e tratamento de esgoto fluvial misturado cloacal então é diferente,
559 mas é um tema extremamente importante porque nós temos que alinhar com o que diz o plano nacional de saneamento
560 que permite este tipo de solução, então eu não sei o que esta escrito neste processo ai, mas ele é importante de ser
561 decidido porque os sistemas mistos já são usados e estão cada vez mais sendo usados no RS e no país.” **Sra. Maria**
562 **Patrícia:** “É uma proposta da FAMURS e a proposta de resolução é assim: ficam os entes licenciatórios autorizados a
563 licenciar sistemas de esgotamento sanitário com uso de redes de recolhimento de efluentes líquidos do tipo mista por
564 prazo não inferior a 24 meses a partir da conclusão da obra em zonas urbanas consolidadas, essa é a proposta de
565 resolução. Não sei se fica mantida essa proposta pelo proponente.” **Sr. Rafael Volquind:** “A FEPAM se manifesta pelo
566 seguinte, hoje já são autorizados, já são emitidas licenças ambientais permitindo o uso da rede mista para fazer a
567 coleta do esgoto sanitário e além disso essa matéria já foi pautada pela resolução 245/2010 deste conselho.” **Sra.**
568 **Patrícia:** “Então estaria prejudicada.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Bom, eu não tenho conhecimento desta
569 proposta que foi feita lá em 2007, então realmente eu não tenho conhecimento se houver necessidade de discutir eu

570 acho que se discuti, mas, eu não sei acho que o Finamor pode ajudar aqui.” **Sr. José Homero Finamor Pinto:** “É, eu
571 acho que pelo que o Rafael acabou de falar ela já esta atendida, “né”, pelo o que a FEPAM já esta fazendo hoje os
572 licenciamentos, então não tem sentido voltar para atrás neste assunto se já esta resolvido.” **Sra. Maria Patrícia:** “Então
573 eu vou propor aqui o encaminhamento pelo arquivamento. Alguém contrário? **Então, Arquivado.** O próximo é o **8101-**
574 **0567/06-9** proposta de resolução que dispõe sobre sistema de gerenciamento e controle de resíduos sólidos dos
575 empreendimentos do RS, esta na Controle e Qualidade Ambiental, é uma proposta da FEPAM de 2006 que traz aqui
576 um sistema de gerenciamento com parâmetros, enfim, e ai o último andamento.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Foi bem
577 antes da lei, né?” **Sra. Maria Patrícia:** “É, tem uma minuta de 2010, da câmara técnica permanente, dispõe sobre a
578 fixação de exigências e condições para o sistema de gerenciamento e controle de resíduos sólidos dos
579 empreendimentos do Estado do RS, então isso aqui ficou prejudicado pela lei de resíduos sólidos também.” **Sr. Rafael**
580 **Volquind:** “Eu não sei a proposta em si.” **Sra. Maria Patrícia:** “É, fixa condições e exigências para o sistema de
581 gerenciamento e controle de resíduos sólidos, ai são adotadas definições de várias normas da ABNT, deixa eu ver aqui
582 o que eles colocariam, é como se dá a licença, o empreendimento ingressa no SIGECOR através de licença de
583 operação e licença de instalação quando for o caso, junta o documento, na verdade ele trata de como. Tempo máximo
584 para armazenagem, como é que é o transporte de resíduos perigosos, transporte, destinação final de resíduos
585 perigosos. Isso aqui não teria que sofrer uma atualização pelo proponente também se há interesse ainda. Fazer o
586 encaminhamento parecido como aquela outra, como ele é tão antigo, se a FEPAM ainda acha necessidade.” **Sr. Rafael**
587 **Volquind:** “Essa aprovação que já teve na câmara técnica o que significa?” **Sra. Maria Patrícia:** “Tem uma minuta de
588 resolução. E aqui consta neste expediente que a minuta foi aprovada pela câmara em 2010.” **Sra. Andrea Pinto**
589 **Loguercio:** “Antes da lei de Resíduos Sólidos.” **(conversas paralelas)** **Sra. Maria Patrícia:** “Podemos fazer o mesmo
590 encaminhamento? Se retornar, que ai o teu setor lá verifica se é necessário, se precisa se atualizar alguma regra.
591 **(conversas paralelas)** **Sra. Maria Patrícia:** “Exatamente, proporia pela retirada aqui do CONSEMA e retorno ao
592 proponente para se necessário rerepresentar. O próximo é o **2246-0500/07-5** proposta de resolução que dispõe sobre
593 definição de conceito operacional para linha de margem, margem e faixa marginal – mineração, este aqui na verdade
594 abre a proposta uma reunião de 2006 do CONSEMA, eu acho que este aqui também esta prejudicado. E ai ficou em
595 discussão nas câmaras técnicas, várias atas sem quórum, enfim, proposta pelo arquivamento também.” **Sr. Walter**
596 **Fichtner:** “Não, seria bom encaminhar isto. Nós sugerimos encaminhar para a câmara técnica de mineração.
597 **(conversas paralelas)** **Sr. Walter Fichtner:** “A proposição era de encaminhar para a câmara técnica de mineração, mas
598 o Rafael fez uma observação aqui agora, mas eu não entendi.” **Sr. Rafael Volquind:** “Eu entendo que isso aqui foi
599 matéria superada pelo código florestal de 2012 que fez a nova definição dos limites das áreas de preservação que
600 antes existia dúvida se entre o leito menor e o leito maior do curso d’água poderia ter mineração é isso que é a questão
601 da faixa marginal, então agora com esta discussão deixou de existir o leito maior.” **Sr. Walter Fichtner:** “Desculpe,
602 retire.” **Sra. Maria Patrícia:** “Então, encaminhamento pelo arquivamento. Alguém contrário? Abstenções? **Também**
603 **unanimidade.** A próxima é o **12061-0500/06-7** revisão da resolução 116/2006 – dispõe sobre critérios de licenciamento
604 ambiental do uso de equipamento de dragagem em atividades de mineração em corpos hídricos, está na câmara
605 técnica de mineração, e na verdade não foi uma decisão, consta aqui pelo menos que tenha sido da plenária, foi o
606 jurídico da SEMA mandando diretamente para a câmara técnica lá em 2012, é uma proposta da secretaria dos
607 transportes a partir de um ofício da superintendência de portos e hidrovias, vamos ver se tem alguma proposta concreta
608 aqui, na verdade não tem proposta de resolução, não tem nada, essa aqui acho que não. Na verdade não há nem
609 proposta de resolução aqui dentro, é a SPH se manifestando direto para a secretaria dos transportes e a secretaria dos
610 transportes nos reportou a preocupação da SPH, que a SPH tinha uma licitação em andamento e gostaria de agilizar o
611 licenciamento na FEPAM que isso era infrutífero, que a dragagem de canais é urgente, na verdade não tem uma
612 proposta de regramento, de nada, acho isso aqui até ruim de manter na câmara. E nem passou pela plenária, talvez
613 aqui a gente archive e dê ciência para o proponente, enfim que foi arquivado e se ele pretender alguma proposta por
614 algum membro do CONSEMA. Então, **arquivamento com comunicação para o proponente**, a gente pode tramitar o
615 SPI. Tramitaremos o SPI para a secretaria respectiva. O próximo é o **4476-0500/11-0** competência fiscalizatória do
616 Estado sobre os municípios, eu acho que este na verdade “linka” com o próximo que era a questão de conflito de
617 competência e essas moções admonitórias aqui e acho que isso ai tudo ficou superado pela 140.” **Sra. Marion Luiza**
618 **Heinrich:** “Só um esclarecimento, eu até conversei com o Eduardo sobre essas admonitórias aqui, é tudo nesse sentido
619 antes da lei complementar 140, né, de questões de conflito, de, tudo nesse sentido, né? Já superado.” **Sra. Maria**
620 **Patrícia:** “Isso, como o CONSEMA habilitava, né. Então aqui a proposta: em função da lei complementar 140 de se
621 arquivar os seguintes processos: **4476-0500/11-0, 3237-0500/10-3, 898-0500/11-2, 5027-0567/11-5, 90-0567/11-2,**
622 **15175-0567/11-3, 15147-0567/11-3, 5696-0500/11-7** e o **5692-0500/11-6.** Alguém contrário? Abstenções? Então
623 também **aprovado por unanimidade o arquivamento.** O próximo na verdade não foi aberto processo administrativo,
624 na verdade foi a Lisiane que nos alertou que havia uma aprovação em ata, tem ofício e houve uma aprovação em ata
625 deste encaminhamento para uma câmara técnica. Lisiane, isso aqui chegou a ser aprovado em uma reunião de
626 plenária, o da palavra caça?” **(conversas paralelas)** **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Que eu me lembre foi aprovado
627 encaminhamento do assunto para a câmara de Assuntos Jurídicos, lá por setembro, se não me engano.” **(conversas**

628 **paralelas) Sra. Maria Patrícia:** “É o da palavra caça, aquela questão da palavra caça em estabelecimentos comerciais.
629 Assuntos Jurídicos. Qual era a dúvida, era com relação a competência do CONSEMA para isso?” **Sr. Eduardo Osório**
630 **Stumpf:** “Na época se fez uma discussão em relação a esta proposta aqui na plenária e aí entre posições favoráveis e
631 contrárias definiu-se então, que eu me lembro, de encaminhar isso para a de Assuntos Jurídicos, acho que é isso né
632 Lisiane? Para deliberar isso lá na Assuntos Jurídicos, mas acho que não foi aberto processo.” **Sra. Lisiane Becker:**
633 “Era para a assessoria jurídica.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Da SEMA?” **Sra. Lisiane Becker:** “Ficou uma dúvida
634 até se era a assessoria jurídica ou se era a câmara técnica de Assuntos Jurídicos. Na minha opinião não pode ir para a
635 câmara técnica jurídica, primeiro porque a gente tem que ver a viabilidade e eu acho que a assessoria jurídica do
636 Estado é que devia ver. Vou lembrar que isso aí, eu fiz um processo que eu montei, todo ele no molde do CONAMA
637 com justificativa, todo ele, todo ele, montei todo ele de acordo com o CONAMA, quais os prejuízos podiam trazer, quais
638 os benefícios, montei nos moldes do CONAMA, então agora eu realmente não sei como é que fica para onde vai, no
639 CONAMA foi primeiro para a CONJUR e etc e não para a câmara técnica, porque a câmara técnica no meu
640 entendimento, a câmara técnica de assuntos jurídicos é a que observa a legalidade da resolução pronta, agora se ela é
641 viável tinha que ser na casa, é o meu entendimento.” **Sra. Maria Patrícia:** “A dúvida é com relação a competência. Isso
642 eu também fiquei com essa dúvida, a competência do conselho que pode estabelecer normas, padrões, procedimentos
643 em matéria ambiental tratar de questão que parece mais uma regulação de propaganda, né. Acho que talvez essa era a
644 dúvida. Essa dúvida eu fiquei quando eu li.” **Sra. Lisiane Becker:** “Não, se tu ler bem não é isso. Presidente, entra não
645 só a educação ambiental como plano nacional de educação ambiental, o plano nacional de meio ambiente, porque na
646 verdade isso aí é uma apologia ao crime que esta sendo feita.” **Sra. Maria Patrícia:** “Sim, mas aqui o objetivo era vedar
647 os estabelecimentos comerciais de usar esta palavra.” **Sra. Lisiane Becker:** “Não. Não é vedar o estabelecimento
648 comercial, isso aí é aplicação do decreto que regulamenta a lei de crimes ambientais, porque é proibida a venda e
649 comércio de equipamentos para caça, panha de fauna silvestre, isso esta em lei.” **Sra. Maria Patrícia:** “Sim, mas tem
650 caça legal, é isso que eu estou dizendo, nem toda a caça é ilegal.” **Sra. Lisiane Becker:** “A questão é que as casas, o
651 comércio estão vinculando Caça e Pesca, tem tudo, esta bem explicado eu coloquei, mostrei fotos. Até em Guaíba a
652 gente conseguiu mudar uma, a gente não deu alvará porque ela estava colocando que o nome da casa ia colocar de
653 Caça e Pesca, como caça é proibida por lei e se for caçar ele não vai usar uma arma de caça e pesca, ele vai de
654 camping, de lazer, ele vai numa de arma e munição ele não vai em uma casa que comercializa coisas para camping,
655 lazer e pesca ele vai ter que ir, por exemplo, falaram até, javali né, para javali tu não compra em casa né, tu vai ter que
656 ir numa de arma e munição porque é outro tipo de arma. Então no momento que tu esta colocando uma placa lá bem
657 grande, Caça e Pesca, tu estas sugerindo que tu pode caçar, e a caça é uma exceção, assim então deveria toda a casa
658 de armamentos dizer assim: casa de armas, munição e assassinato, porque assassinato também é uma exceção dentro
659 da lei.” **Sra. Maria Patrícia:** “O que eu ia propor aqui, na verdade o que a gente localizou na secretaria executiva é um
660 ofício de 2013 com alguns documentos e se tu traria exatamente o conteúdo do que tu pretendes, apresentar uma
661 proposta de resolução, enfim, porque a partir daí a gente pode discutir se o conselho tem dúvidas ou não se a sua
662 competência legal ou se encaminha para alguma das câmaras.” **Sra. Lisiane Becker:** “Eu acho que primeiramente
663 devia ser colocado para a assessoria jurídica.” **Sra. Maria Patrícia:** “Mas a assessoria jurídica teria que deliberar sobre
664 uma proposta concreta aqui, ela não vai elaborar uma proposta de resolução.” **Sra. Lisiane Becker:** “Não, é claro que
665 não.” **Sra. Maria Patrícia:** “Sim, mas ela vai deliberar sobre o que? O que tu querias que a assessoria jurídica fosse
666 consultada?” **Sra. Lisiane Becker:** “Primeiro, para começo a proposta foi aprovada aqui. Só ficou de saber quem é que
667 primeiro ia olhar. A proposta em si foi aprovada na plenária.” **Sra. Maria Patrícia:** “Tá, só que olhar o que?” **Sra. Lisiane**
668 **Becker:** “Aprovar que fosse encaminhada para uma câmara técnica, só que antes ia ver se tem algum problema legal.”
669 **Sra. Maria Patrícia:** “Mas, na verdade tu vai trabalhar problema legal do que? Do que?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:**
670 “Seria se poderia suprimir, a supressão, da palavra caça.” **Sra. Maria Patrícia:** “O CONSEMA poder mandar os
671 estabelecimentos comerciais. Por que assim o que talvez, a gente até pode solicitar, essa plenária encaminhar e pedir
672 um parecer, por exemplo, da procuradoria geral do Estado, se pode pedir se o CONSEMA tem competência legal de
673 fazer um regramento sobre isso aqui. Podemos encaminhar isso aí. Aí eu abro um processo administrativo, ponho a
674 cópia da ata e aí depois então se houver esta competência legal de se legislar, talvez a gente monte a proposta. Pode
675 ser um encaminhamento assim.” **Sra. Lisiane Becker:** “Até porque, fazendo um exemplo paralelo, que no CONAMA é
676 assim, toda a proposta de resolução era, antes agora mudou um pouco, mas antes era aprovada na plenária, ela vai ser
677 discutida? Tá, vai ser discutida, aí primeiro passa pela assessoria jurídica, pela CONJUR no mistério do meio ambiente,
678 passa pelo Ibama.” **Sra. Maria Patrícia:** “É mas a nossa não é assim.” **Sra. Lisiane Becker:** “Eu sei que não é assim,
679 agora até lá é diferente a gente tem que apresentar toda a proposta pronta.” **Sra. Maria Patrícia:** “Então, não sei se
680 alguém quer propor um encaminhamento diferente?” **Sr. José Homero Finamor Pinto:** “Bom, eu não entendi, porque
681 primeiro eu acho que caça não é ilegal, a palavra caça não é ilegal, tanto que existe licenciamento para caça, então
682 como é que o CONSEMA vai definir que um estabelecimento não possa usar a palavra caça e pesca. Eu acho que não
683 é atribuição do CONSEMA este assunto e tem que ir para o jurídico da FEPAM ou da SEMA para decidir e não para a
684 câmara técnica jurídica.” **Sra. Lisiane Becker:** “Não proposta de decidir caça ou não caça, não é isso.” **Sr. José**
685 **Homero Finamor Pinto:** “Sim, mas a palavra caça, nós não temos atribuição de permitir ou não.” **Sra. Lisiane Becker:**

686 “Mas não é isso. Foi aprovada a proposta, nós já aprovamos na plenária.” **Sr. José Homero Finamor Pinto:** “Bom eu
687 não estava na aprovação, mas eu acho que a assessoria jurídica da SEMA é que tem que dizer se nós temos
688 competência para poder proibir a palavra caça.” **Sra. Maria Patrícia:** “Essa é a proposta, na verdade de se solicitar
689 primeiro a questão, eu vou abrir o processo administrativo e ai aqui ficaria decidido que a gente faria uma consulta com
690 relação a competência do conselho em regrar esta matéria.” (conversas paralelas) **Sra. Maria Patrícia:** “É quem faz a
691 consulta, acho que isso aqui é importante passar pela procuradoria.” **Sra. Lisiane Becker:** “Foi exatamente isso que
692 ficou na outra gestão. O Secretario falou assim, não sabia se encaminhava para a câmara técnica jurídica ou se para a
693 assessoria jurídica, ai ficou aquele não se sabe para onde vai. Eu como proponente me sentiria mais segura se fosse
694 para a casa civil pra ver se a proposta e me coloca a disposição para qualquer.” **Sra. Maria Patrícia:** “Na verdade casa
695 civil não, para a PGE, pela competência dentro do Estado é para a PGE. Podemos encaminhar assim? Alguém
696 contrário? Abrir expediente administrativo e encaminhar para o jurídico da SEMA, (porque antes da PGE ele tem que se
697 manifestar, porque a PGE só recebe se tem a manifestação do jurídico e se o secretario encaminha, ela não da parecer
698 de qualquer assunto que não seja neste formato) e fazer o encaminhamento à PGE para consulta sobre a competência
699 do CONSEMA para regulamentar a matéria proposta. Próximo expediente é o **2527-0500/08-7** monitoramento da
700 qualidade do ar, na verdade não há nenhuma deliberação final, em 2009 a câmara técnica estava solicitando a FEPAM
701 dados, estudos, projetos sobre a rede de monitoramento da qualidade do ar. Foi em uma reunião de 2008 que se
702 apresentou a rede de monitoramento da qualidade do ar.” **Sra. Rosane Prato:** “A gente tem no CEVS (Centro Estadual
703 de Vigilância em Saúde) um programa que cuida do VIGIAR (Vigilância do Ar) um programa novo e nós gostaríamos de
704 ter vistas do processo.” **Sra. Maria Patrícia:** “Pode ser, a gente pode incluir na pauta da outra reunião. Alguma oposição
705 por este encaminhamento? Ai adiamos esta votação. O outro processo é o **5350-0500/11-9** aplicação de efluentes
706 tratados em solo agrícola, é uma proposta da FEPAM de 2011, na verdade o expediente não tem nem uma minuta de
707 resolução. Então o mesmo encaminhamento, a gente retira do CONSEMA e retorna ao proponente para verificar a
708 necessidade de nova proposta ou arquivamento. O próximo é o **5882-0500/11-0** licenciamento de pesquisa mineral,
709 este já esta vencido, então **arquivamento**. Alguém contrário? **Unanimidade**. Próximo é o **2451-0567/10-7**,
710 licenciamento da atividade de carvão, proposta a partir de uma provocação do Ministério Público.” (conversas paralelas)
711 **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “O Ministério Público podia fazer proposições para serem discutidas ou foi algum outro
712 conselheiro que propôs?” **Sra. Maria Patrícia:** “Na verdade foi a partir de uma provocação, é um ofício para a FEPAM,
713 é o que inaugura o expediente aqui, ai veio da assessoria jurídica da SEMA para o CONSEMA.” **Sra. Marion Luiza**
714 **Heinrich:** “Ai então seria uma proposição da SEMA.” **Sra. Maria Patrícia:** “É. Solicitamos que seja informado se no
715 âmbito do Conselho Estadual do Meio Ambiente existe proposta de resolução, ai aqui diz que não e ai tem uma
716 proposta que é bem parecida com aquela outra lá.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “E tem uma resolução que foi
717 publicada pelo CONSEMA sobre carvão vegetal, mas igual pode se verificar isso.” **Sra. Maria Patrícia:** “Podemos
718 pensar ao outro.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “É pensar ao outro e encaminhar a câmara técnica para discutir.” **Sra.**
719 **Maria Patrícia:** “Então **decidido pelo pensamento ao processo 15234-0567/09-0 para discussão conjunta**.
720 Alguém contrário a este encaminhamento? Podemos aprovar?” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Dra. Maria Patrícia, é que
721 assim, foi uma provocação do Ministério Público, eu acredito, porque na época esta atividade não era licenciada nem
722 pelos municípios nem pelo Estado, então assim, claro que a gente pode discutir, mas quem é que dai vai propor na
723 questão, na Controle e Qualidade os padrões, né, de qualidade que deveriam ser atendidos?” **Sra. Maria Patrícia:**
724 “Tem uma minuta de resolução aqui.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Ah, tem, então teria sido proposta por alguém.” **Sra.**
725 **Maria Patrícia:** “Provavelmente pela SEMA, pelo jurídico.” **Sra. Marion Luiza Heinrich:** “Bom, então tá.” **Sra. Maria**
726 **Patrícia:** “Aqui também temos um outro assunto, que na verdade temos o registro em ata, que foi votado o seguinte: Se
727 faça o debate sobre os planos municipais de mata atlântica na câmara técnica de Gestão Compartilhada. Houve uma
728 apresentação da Lisiane da Mira-Serra e ai ao final se decidiu que se faça o debate na câmara técnica. Eu questiono se
729 teria alguma ideia de proposta de encaminhamento de resolução, de minuta.” **Sra. Andrea Pinto Loguercio:** “Eu
730 proponho que a gente encaminhe para a nova câmara, a CTP de Planejamento Ambiental e ai ela então faz esta
731 análise e volta ao plenário.” (conversas paralelas) **Sra. Marta Elisa Eberle:** “Eu gostaria só de saber o que são esses
732 planos, são planos de manejo, são planos de extrativismo?” **Sra. Lisiane Becker:** “Os planos municipais de mata
733 atlântica são planos de conservação e recuperação da mata atlântica, estão previstos na lei 11.428, se não me engano,
734 regulamentados pelo decreto federal 6660/2008. Já estão previstos em lei e a gente quer trazer para o Estado fazer um
735 diferencial, a Mira-Serra fez quatro planos em quatro Estados para um projeto do Ministério do Meio Ambiente, hoje em
736 dia nós temos em torno de 80 à 100 municípios do país já com o plano.” (conversas paralelas) **Sra. Marta Elisa Eberle:**
737 “Eu só não entendi, esse assunto vai para uma câmara de planejamento? Esse é um dos assuntos que a gente gostaria
738 de participar, por que a gente esta vendo uns processos na secretaria da cultura de artesanato com palha de butiá que
739 é na mata atlântica. Então é uma coisa que a gente gostaria de participar.” (conversas paralelas) **Sra. Maria Patrícia:**
740 “Alguém contrário a este encaminhamento? Na verdade quando a gente estruturar esta câmara de planejamento, então
741 imediatamente eu não vou conseguir encaminhar, eu vou abrir o processo administrativo e depois, vou até pedir para a
742 secretaria executiva que depois que a gente fizer estes encaminhamentos o que ficou pendentes nas câmaras, se faça
743 uma tabela para que os conselheiros tenham ciência e depois de toda a reunião a gente vá atualizando, porque dai

744 vocês sabem que tais processos estão com tal câmara. Então, abrir expediente administrativo e encaminhar para a CTP
745 de Planejamento Ambiental, tão logo ela seja estruturada. O outro expediente é o **4782-0500/08-5** visa regulamentar a
746 emissão de efluentes atmosféricos gerados por fontes novas fixas – caldeiras com queima de carvão mineral para a
747 geração de vapor de processo e/ou de energia elétrica, é uma proposta também da FEPAM de 2005, minuta de norma
748 que estabelece limites máximos para emissão de efluentes atmosféricos.” **Sr. Manuel Strauch:** “Já tem resolução do
749 CONAMA, porque tinha uma resolução do CONAMA primeiro para fontes novas e depois para as fontes antigas, então
750 tem coisa nova do CONAMA, tem que rever isso se existe a intenção de fazer algo mais restritivo para o RS, porque
751 mais permissivo não pode, então só se for com essa intenção mas se é de 2005 é anterior a Resolução CONAMA.” **Sra.**
752 **Maria Patrícia:** “Então acho que aqui a proposta poderia ser igual as outras de encaminhar para o proponente, e aí lá
753 se verifica se ainda há o interesse do proponente retornar para o CONSEMA. E o último expediente é o **13260-0500/05-**
754 **0** indicações das instituições ambientalistas e representantes para o conselho, aqui na verdade começa lá em 2005
755 com o ofício da AGAPAN e tem mais um expediente apensado aqui é aquela discussão de como a secretaria pede a
756 indicação dos conselheiros das Ong's. **(conversas paralelas)** **Sra. Maria Patrícia:** “O que eu ia sugerir nisso aqui,
757 porque isso aqui não é uma questão jurídica, eu acho que isso aqui deveria ser discutido lá no regimento interno.” **Sra.**
758 **Marion Luiza Heinrich:** “Esse assunto, eu me lembro, que foi discutido ano passado na câmara técnica jurídica e com
759 base num parecer da PGE foi feito um ofício para a APEDEMA pedindo que eles indicassem os representantes e que
760 essas representações estivessem sido feitas de uma forma, de uma certa forma com edital de publicação para poder
761 possibilitar que mais entidades pudessem participar. Eu me lembro de ter sido resolvido alguma coisa na Jurídica mas
762 não me lembro do encaminhamento que foi dado.” **Sra. Lisiane Becker:** “Eu acho estranho porque nós pedimos isso
763 aí, pode ver a data né, e aí depois teve várias mudanças inclusive resultando num parecer da PGE favorável a
764 indicação da APEDEMA para compor as vagas ambientalistas, houve uma certa pressão dentro da câmara técnica de
765 Assuntos Jurídicos para tirar o foco e a APEDEMA ter que provar e fazer como é que a APEDEMA tinha que se portar
766 em relação a isso, é uma ingerência dentro da APEDEMA, nós estamos aguardando isso, a APEDEMA formalmente
767 não recebeu nada, pelo que nós sabemos como entidade integrante da APEDEMA, não sei se o coordenador recebeu
768 em algum momento, mas nós estamos aflitos com isto, porque é muito antigo, a PGE já esta concordando com a
769 demanda das ongs, da APEDEMA e continuamos neste limbo, esta parada lá e não anda.” **Sra. Maria Patrícia:** “Aqui
770 teve uma última reunião da plenária, que teve uma ação judicial. Na verdade o parecer da PEG é que como não há
771 regramento nem na lei, nem no regimento interno que seria, enfim, razoável ser uma indicação de uma entidade que
772 congregasse todas mas teria que se observar o principio da publicidade e tem algumas coisas que se considera, só que
773 eu acredito que realmente isso aqui seria mais legítimo, já que nós estamos com a discussão do regimento interno, de
774 se colocar ali no regimento interno, eu até concordo que não a SEMA deva escolher quem se quer dentro, concordo
775 com a posição da PGE, mas deveria estar colocado no regimento interno que aí não há mais discussão, não há mais
776 ação judicial, encaminharia este assunto ali para o regimento interno.” **Sr. Rafael Volquind:** “Essa é uma sugestão que
777 eu ia fazer que essas escolhas sejam estabelecidas no regimento. A gente tem aqui a representação das universidades
778 públicas e das universidades privadas e nós desconhecemos o critério de escolha destes representantes, como é que
779 funciona isso. Desde que eu participo do CONSEMA é só a UFRGS que é a representante da universidade pública e as
780 demais porque não participam? Como que funciona isso? Nós não temos a transparência disto, não sabemos como
781 funciona esta escolha. Existe um fórum, não existe um fórum? E das universidades privadas? Tem também um fórum
782 que faz essa escolha?” **Sra. Maria Patrícia:** “Eu tenho notícia que é o mesmo fórum, é um fórum de reitores. Na
783 verdade essa é a rotina do conselho de administração da FEPAM.” **Secretaria Executiva (Rosaura):** “No CONSEMA
784 quando eu iniciei era o fórum dos reitores que se reuniam e decidiam quais universidades.” **Sr. Rafael Volquind:** “Então
785 talvez exigir uma rotatividade das universidades para não ser sempre a mesma.” **Sra. Maria Patrícia:** “É aí também já
786 acho isso complicado.” **(conversas paralelas)** **Sra. Maria Patrícia:** “Bom, então encaminhamos essa questão para ser
787 decidida no GT do regimento interno. E aí que temos a última proposição, a Agenda de Debates.” **Sr. Eduardo Osório**
788 **Stumpf:** “Em relação a agenda, nós tínhamos já discutido ela e sistematizado e tratado ela em temas referentes o que
789 seria de câmara técnica, o que seria de plenária e o que seria hoje de Planejamento Ambiental, e esse matéria foi
790 enviado para o pessoal. Então considerando, primeiro que Resíduos Sólidos toda a intenção era fazer uma discussão
791 das políticas sustentáveis, geração de energia, coisa e tal, e nós tínhamos já na época deliberado que iria esse assunto
792 para a câmara técnica de Resíduos Sólidos e hoje seria a de Controle e Qualidade, mas ao mesmo tempo nós já temos
793 um plano estadual de resíduos sólidos, talvez este assunto esteja vencido já, eu acho que já tem todo um andamento.
794 Existe uma política de resíduos sólidos mais ou menos andando nos municípios eu acho que não teríamos que ficar
795 voltando a discutir ele. Em relação a Silvicultura tem o zoneamento, tem uma discussão e tem um imbróglie digamos lá
796 que é em relação a regularização dos plantios que teve toda uma discussão e no fim era para sair uma resolução da
797 câmara técnica de Biodiversidade, uma minuta para ser discutida e acabou não acontecendo e a FEPAM acabou
798 editando uma portaria dela e aí acabou este assunto não sendo finalizado, mas o que ficou dito de perigoso é que em
799 relação aos pequenos agricultores que tem que fazer a regularização dos seus plantios, sei lá quanto acho que dez mil,
800 e eles tem cadastro no DEFAP mas eles não tem a regularização ambiental e a discussão na época é se isenta os
801 pequenos, se faz simplificado, se isso, se aquilo e no fim a resolução da FEPAM foi conservadora, medo do Ministério

802 Público, e todos eles ficaram sujeitos então nada resolveu, e ai o que o CONSEMA fez, desde 2011 o CONSEMA não
803 consegue resolver o assunto e ele vai fazendo resoluções e prorrogando o prazo pra esses agricultores entrarem com a
804 regularização na FEPAM e não serem multados, não serem penalizados, então isso nós já fizemos em 2011 pra 2012,
805 pra 2013, pra 2014, em 2014, duas ou três vezes e agora para dezembro de 2015 então é um assunto que é um
806 impasse que não chegou a lugar nenhum, mas na medida que ela tramitava na câmara de Biodiversidade e Política
807 Florestal eu acredito que é só reencaminhar este assunto para a câmara agora de agropecuária e agroindústria e vê se
808 chega a um bom termo ai nesta questão da regularização dos pequenos agricultores silvicultores.” **Sra. Maria Patrícia:**
809 “Eu só fico com a questão seguinte, até é uma coisa a se tratar ali no regimento interno, não digo talvez a de
810 planejamento, mas essas outras, as vezes se encaminha para a câmara técnica sem partir de uma proposta inicial.” **Sr.**
811 **Eduardo Osório Stumpf:** “Mas tinha uma proposta inicial, tudo, a proposta inicial era da FEPAM, depois foi emendada
812 por uma outra proposta concomitante da FARSUL, FETAG e Comitê de Bacias, isso se discutiu um ano inteiro então a
813 gente chegou a avançar a certo momento, vamos isentar a silvicultura até tantos hectares, ai nós regredimos né para
814 duas árvores e no fim a FEPAM ficou de apresentar uma proposta e recuou da proposta e editou uma portaria, passou
815 por cima do CONSEMA e editou uma portaria pra ela se resguardar, né, porque alguma coisa ela tinha que fazer, então
816 ela se resguardou já que não tinha consenso e fez a portaria dela, e a portaria esta lá, então a FEPAM esta
817 resguardada lá e todo mundo esta resguardado até dezembro, a partir de dezembro, então, o que é que nós vamos
818 fazer? Então esta frágil o CONSEMA, esta todo mundo frágil com esta história.” **Sra. Maria Patrícia:** “Só a minha
819 preocupação, é a questão prática, eu não localizei de processo. Teria que se resgatar esta proposta, para abrir
820 processo e formalizar isso para câmara.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Sim, talvez falando com o presidente da
821 câmara técnica que é o Ivo, e eu participo também, a gente tem a memória de tudo isso.” **Sra. Maria Patrícia:** “Então
822 fica ai o compromisso da gente resgatar este assunto e reencaminhar. Se eu não conseguir resgatar o suficiente eu
823 trago de novo para plenária aqui, o relato, mas a gente busca resgatar tudo e reencaminhar este assunto para a câmara
824 técnica de agropecuária e agroindústria. Alguma oposição? Não.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “O próximo assunto era
825 a lei complementar 140 licenciamento municipal completamente vencido, pela 288. A remediação de áreas
826 contaminadas é um assunto que é uma reproposta da ASFEPAM, dos funcionários das FEPAM, e nós na época, daqui
827 né, foi deliberado uma câmara técnica provisória para tratar do assunto que não foi instalada e eu acho que acabamos
828 de decidir que este assunto iria para a de Controle e Qualidade, da questão das áreas contaminadas, nós não tínhamos
829 discutido um processo aqui?, então vai para a câmara técnica de Controle e Qualidade. O zoneamento ecológico
830 econômico no litoral, né, isso é uma solicitação, na época, do CREA de alteração das diretrizes em relação à proibição
831 de lançamento de efluentes não tratados no sistema lagunar, foi deliberado que este assunto iria para a de Controle e
832 Qualidade e eu não sei o que aconteceu lá.” **Sr. José Homero Finamor Pinto:** “Esse assunto esta superado.” **Sr.**
833 **Eduardo Osório Stumpf:** “Então, esta superado, se falou o CREA. Efluentes líquidos padrão de lançamento das ETES
834 também esta superado, superado não, ele continua em discussão lá em relação a nitrogênio e fósforo mas esta sendo
835 discutido na câmara de Controle e Qualidade. A vegetação dos campos de altitude, este é um assunto importante, né,
836 que foi uma proposta dos Amigos da Floresta de encaminhamento da discussão na câmara técnica de Biodiversidade e
837 Política Florestal, porque hoje nós temos resolução do CONAMA que trata dos campos de altitude e cabe aos estados
838 através dos seus CONSEMAS fazer a adaptação para os estados e esse assunto não andou, então na época lá nós
839 tínhamos deliberado que ele iria, em junho de 2014, para a câmara de Biodiversidade e Política Florestal, mas como
840 não tem processo, não tem acompanhamento lá nunca chegou, então eu acho que este assunto tem que ser
841 reencaminhado.” **(conversas paralelas) Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Este assunto tem que ser discutido, na medida
842 que a gente não tem e esta se usando a do CONAMA, e a do CONAMA é muito genérica, então ela pega, por exemplo,
843 ela considera que um campo que tenha *Andropogon Lateralis* que é o Capim Caninha que tem até no Zaffari, este
844 campo é sempre considerado em estágio inicial de regeneração então tu não poderia fazer atividade econômica
845 nenhuma, então por isso que esta resolução tem que ser discutida no Estado, porque se não a gente não se faz nada
846 no Estado.” **(conversas paralelas) Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “No momento que nós temos várias opiniões, já, então
847 eu acho que este assunto tem que ser discutido, ele não pode ficar morto.” **Sra. Maria Patrícia:** “Eu até não tenho
848 conhecimento técnico, nem posicionamento porque eu não conheço a matéria, não sei se havia uma proposta já de
849 como a gente regulamentaria esta questão?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Na época acho que tinha, mas o
850 representante acho que não esta mais ai, da Amigos da Floresta teria que resgatar com ele a proposta, pedir para quem
851 apresentou a proposta para reapresentar a proposta para ser encaminhada para a de biodiversidade, eu acho.” **Sra.**
852 **Maria Patrícia:** “Eu acho que na verdade eu ia trazer de novo para a plenária aqui, tentar resgatar a proposta e a gente
853 conversar na plenária, e ai se eu não conseguir resgatar a proposta eu também aviso, mas a gente entra em contato
854 com o proponente e olha os e-mails.” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Na época foi o Daniel Chies da Amigos da Floresta
855 que propôs.” **Sra. Maria Patrícia:** “Eu vou fazer este contato via secretaria e a gente e ai vendo a proposta eu posso
856 colocar na pauta de uma outra reunião e já encaminho a proposta. Eu não tenho posicionamento, porque eu não tenho
857 conhecimento e a gente teria que preparar.” **(conversas paralelas) Sra. Maria Patrícia:** “Eu tento resgatar e ai
858 encaminho para os conselheiros e ai vendo a proposta, talvez um convença o outro e se chegue a um consenso. Eu
859 vou trazer para a próxima reunião. E a irrigação Eduardo?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “A irrigação era todo um

860 trabalho, não me lembro quem é que trouxe isso, acho até que foi os comitês, seria em relação a compatibilizar as
861 vazões outorgadas com licenciamento de processos com gestão produtiva, por que hoje o que acontece na irrigação,
862 esta proposta é meio genérica e foi deliberado que ela iria para a câmara de agropecuária e agroindústria, porque hoje
863 o que acontece o irrigante ele outorga uma quantidade de água para o plantio pleno, digamos, das suas lavouras só
864 que ele planta um terço por cada ano e ele tem outorgado uma área muito maior e isso cria dois problemas, hoje não
865 porque a outorga não é cobrada, então ele teria que pagar o triplo, mas hoje não acontece, mas ao mesmo tempo o
866 levantamento que o DRH faz da disponibilidade hídrica é baseada nesta vazão outorgada então esta outorgando três
867 vezes mais então é um assunto que eu acho que tem que ser discutido na câmara técnica de agropecuária e
868 agroindústria e tem muito a ver também com a outorga, com o DRH né, talvez ir até lá para o planejamento, depois com
869 tempo. Porque esses são assuntos que vieram assim no genérico, são problemas que a gente não conseguiu nem
870 avançar, propor alguma coisa.” **Sra. Maria Patrícia:** “E este aqui o proponente era vocês? Os comitês de Bacias?” **Sr.**
871 **Eduardo Osório Stumpf:** “Eu acho que sim, eu acho que foi o Ivo Melo que faz esta discussão nos comitês de bacias,
872 eu acho que veio dos comitês.” **Sra. Maria Patrícia:** “Na verdade eu vou ter a missão de resgatar também e trazer para
873 a próxima reunião. Eu acho que era isso Eduardo?” **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Não, depois a gente tem os
874 genéricos, vamos rapidamente nos genéricos que seriam para apresentar aqui no CONSEMA, aí no caso os
875 transgênicos não foram apresentado, não sei se ainda é o caso de ser apresentado, na época foi sugerido que fosse
876 feito uma discussão na plenária sobre transgênicos e não foi feito esta apresentação, não sei se é o caso, no meu ver
877 acho que não, mas quem propôs na época foi a AGAPAN, a AGAPAN que propôs na época que fosse feito uma
878 apresentação na plenária do CONSEMA com a exposição das novas pesquisas sobre os riscos dos transgênicos à
879 saúde e ao meio ambiente, então a proposta da AGAPAN e foi deliberado que haveria uma apresentação pela SEMA e
880 a FEPAM aqui na plenária, e aí se marcou várias apresentações e esse assunto não avançou, ninguém apresentou,
881 ninguém tinha nada.” **Sra. Maria Patrícia:** “Eduardo, quem sabe, com relação a estes temas para apresentações aqui.
882 Acho que talvez isso aí como passou, talvez ficou vencido e aí pode vir novas solicitações dos conselheiros, eu acho.
883 De repente a gente encaminha assim.” .” (**conversas paralelas**) **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “A maioria aqui se vê que
884 vai entrar no planejamento, porque depois os outros assuntos é a qualidade da água, que a gente acabou não
885 apresentando, a pesca e é uma questão importante da pesca em relação a defeso, né, que não se faz defeso, porque o
886 ministério do trabalho não quer pagar os pescadores, né, então tu prejudica o meio ambiente porque o ministério não
887 quer pagar os pescadores na época do defeso. O zoneamento econômico nós já discutimos. Gestão de riscos
888 ambientais é uma consideração bem importante que foi feita pela secretaria da saúde de fazer esta interligação entre
889 risco de saúde e meio ambiente, foi feito uma explanação da saúde do trabalhador mas a gente não conseguiu avançar,
890 talvez este assunto a gente consiga explicar ele, a saúde, de uma maneira, então talvez isso possa voltar lá na do
891 planejamento, ver como a gente vai interagir. Sistema de patrimônio cultural, também o IPHAE veio fazer uma
892 apresentação. Outra questão era a matriz energética do estado, do carvão e outras coisas e ficou de se fazer um
893 seminário estadual e não se fez. Unidade de conservação se discutiu, mas na minha opinião tem muito o que se fazer.”
894 (**conversas paralelas**) **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** “Depois a RS Biodiversidade foi apresentada aqui, o Mar de Dentro
895 não chegou a ser, o Pró-Guaíba não e nem existe mais, o Projeto de Conservação da Mata Atlântica foi apresentado
896 pela Mira-Serra, em relação a Qualidade do Ar também foi apresentado pela FEPAM e pelo SES, agrotóxicos não
897 chegou a ser, Educação para Desenvolvimento Sustentável isto também não chegamos a discutir, Saneamento não
898 chegamos a discutir e o SIRAM chegou a ser apresentado, o Banco de Dados do Licenciamento chegou a ser
899 apresentando pela FEPAM e depois os outros temas mais específicos é o Regimento Interno do CONSEMA que
900 criamos um grupo e o último ponto lá que é a articulação do CONSEMA com o CRH, então talvez isso nós tenhamos
901 conseguido começar a avançar agora com esta câmara de planejamento.” **Sra. Maria Patrícia:** “Fica, enfim, esses
902 temas para apresentação, eu acho que isso pode ir surgindo naturalmente ali dentro das reuniões, né, aí com relação a
903 essas apresentações eu não faria nenhum encaminhamento específico mas no decorrer das reuniões acho que é
904 oportuno ali em assuntos gerais colocar alguma questão que seja e fazer as devidas proposições.” **Sr. Eduardo Osório**
905 **Stumpf:** “É eu acho que encaminhar este documento para as pessoas reconhecerem o que nós já trabalhamos, foi dois
906 anos que não foi perdido né, a gente fez os trabalhos né, gastamos o fosfato né, então na medida que o pessoal tiver
907 interesse se manifeste.” **Sra. Maria Patrícia:** “Ok, então esse é encaminhamento com relação a Agenda de Debates
908 para o CONSEMA.” (**conversas paralelas**) **Sra. Maria Patrícia:** “Eu só teria um aviso importante aqui. O que a secretaria
909 executiva me alertou, lá em janeiro quando a gente votou o calendário de reuniões ordinária e foi enviado o arquivo tem
910 duas datas, por que nós decidimos ser na segunda quinta de cada mês e aí tem duas datas que é 16 de julho e 15 de
911 outubro que na verdade por o mês começar em uma quinta, caiu na terceira quinta, não sei se vocês querem manter
912 assim essa pauta, ou vou trazer isso na próxima de novo então, talvez como primeiro item de pauta, porque agora ficou
913 ruim né. Ficou engraçado por que quando a gente votou na reunião segunda quinta e aí se encaminhou a relação e
914 todo mundo vai por aqui e ficou a 16 de julho e 15 de outubro que é a terceira quinta do mês. Eu vou pautar isso como
915 primeiro item na próxima, porque na próxima reunião tanto faz e aí a gente até pode se manter essas datas, mas só
916 para alerta-los da divergência que não era exatamente o que foi decidido lá em janeiro. Mais algum assunto?” **Sra.**
917 **Lisiane Becker:** “Só para constarem ata uma manifestação contrária sobre o modo como o Estado se portou em

918 relação a um conflito entre pareceres da mesma CGU do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Pesca em
919 relação ao Decreto de retirada de espécies ameaçadas de extinção para possibilitar a pesca. Então manifestar agora, o
920 Ministério Público Estadual e Federal entraram com advogado também, mas deixar aqui o nosso protesto em relação a
921 tomada de decisão precipitada do Estado, a gente entende que existe uma pressão, o Ministério da Pesca é forte a
922 pressão, mas que a mesma CGU que deu para o ministério da pesca também fez parecer contrário ao da pesca em
923 favor do Ministério do Meio Ambiente, então a nossa ideia é que primeiro tinha que ser resolvido em nível nacional,
924 entre os ministérios pra ver como é que ficaria antes de uma ingerência sobre a política de biodiversidade do Estado. A
925 União tentar dizer para nós o que o Estado quer, deve fazer ou não em relação ao seu patrimônio natural é uma
926 questão de gerência é a mesma coisa que nós temos em relação aos municípios, o que nós vamos dizer para o
927 município o eu pode o que não pode, nós estamos tendo esta mesma situação da União em relação ao Estado, então é
928 só uma manifestação contrária e pedindo que nas próximas, se houver, e deve haver outras circunstâncias parecidas
929 que primeiro se deixe resolver em nível nacional antes de se tomar uma decisão ou que se consulte o quadro técnico,
930 porque o quadro técnico não foi solicitado nesta decisão.” **Sra. Maria Patrícia:** “Mais alguma manifestação? Então
931 damos por encerrada a reunião. Muito obrigada.” Não havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às
932 dezessete horas e vinte minutos. Foi lavrada a presente Ata, que deverá ser assinada pela Presidente do CONSEMA.

Maria Patrícia Mollmann
Presidente do CONSEMA
SEMA